Click to prove you're human

O Sacramento da Confissão, também conhecido como Reconciliação ou Penitência, é um dos sete sacramentos da Igreja Católica. Enraizado no perdão dos pecados através da autoridade dada por Cristo aos apóstolos (Jo 20,22-23), permite aos fiéis confessar os seus pecados, receber absolvição e realizar penitência. Este sacramento proporciona uma renovação espiritual profunda, restaurando a comunhão com Deus e fortalecendo a alma contra futuras tentações. Mesmo em tempos modernos, a Confissão continua a ser essencial para a vida espiritual e a reconciliação. Perante a pergunta “por que confessar-se?”, o Papa Francisco diz «porque somos pecadores! Ou seja, pensamos e agimos de modo contrário ao Evangelho. Quem diz que não tem pecados, ou é mentiroso ou é cego. No Sacramento, Deus perdoa sempre os filhos que, tendo contradito a sua identidade, confessam as suas misérias e ao mesmo tempo a sua misericórdia. O perdão dos nossos pecados não é algo que possamos dar a nós mesmos. Eu não posso dizer: perdoo os meus pecados. O perdão é pedido a outra pessoa e na Confissão pedimos o perdão a Jesus. O perdão não é fruto dos nossos esforços, mas uma dádiva, é um dom do Espírito Santo». A base para este sacramento encontra-se no Evangelho de João (Jo 20,22-23), onde Jesus diz aos apóstolos: “Recebei o Espírito Santo. Àqueles a quem perdoardes os pecados, ser-lhes-ão perdoados; àqueles a quem os retiverdes, ser-lhes-ão retidos.” A Igreja interpreta esta passagem como a concessão do poder de perdoar pecados aos sacerdotes, que, agindo in persona Christi (na pessoa de Cristo), têm autoridade para administrar o sacramento da Confissão. Nos primeiros séculos do cristianismo, a Confissão era pública, e pecados graves como assassinato, adultério e apostasia eram confessados diante da comunidade. A penitência também era severa, muitas vezes envolvendo longos períodos de exclusão dos sacramentos. Com o passar dos séculos, a prática evoluiu para uma forma mais privada, especialmente com a influência dos monges irlandeses nos séculos VI e VII. Foi com o Concílio de Trento (1545-1563), em resposta à Reforma Protestante, que a Igreja definiu formalmente a doutrina da Confissão como um sacramento necessário para a salvação após o Batismo. O sacramento da Confissão possui quatro elementos principais: Exame de Consciência: Antes da confissão, o penitente reflete sobre os seus pecados para poder confessá-los com sinceridade. Contrição: É o arrependimento sincero pelos pecados cometidos. A contrição pode ser perfeita (motivada pelo amor a Deus) ou imperfeita (motivada pelo medo da punição). Confissão dos Pecados: O fiel deve confessar todos os pecados graves de que se lembre, explicando-os ao sacerdote. Absolvição e Penitência: Após a confissão, o sacerdote dá a absolvição, em nome de Cristo, e prescreve uma penitência, que pode envolver orações ou boas ações, como sinal de arrependimento Para fazermos um bom exame de consciência é uma ajuda seguir um guia com um conjunto de questões que nos devemos colocar e pensar como foi o nosso comportamento em relação às mesmas. Existem várias opções que podemos escolher, entre as quais colocar-nos questões que nos confrontam com os Mandamentos da Lei de Deus ou ainda fazer um exame de consciência em relação aos pecados capitais, às sete obras de Misericórdia espirituais, às sete obras de Misericórdia corporais ou aos cinco mandamentos da Igreja. Quando iniciar o exame de consciência deverá começar por um conjunto de perguntas preliminares:Há quanto tempo não me confesso? Escondi, conscientemente, algum pecado grave em alguma confissão precedente? Confessei, o melhor que me lembro, o número de vezes que cometi cada pecado grave? Confessei com clareza os meus pecados ou fui demasiado genérico? Cumpri a penitência que me foi imposta pelo sacerdote? Reparei as injustiças que cometi? Comunguei alguma vez em pecado mortal? Respeitei sempre o jejum eucarístico de uma hora antes da comunhão? Estou verdadeiramente arrependido dos meus pecados e luto para não os voltar a cometer? Depois desta abordagem inicial, questionar como tem sido a nossa vida. Esta é uma proposta do Papa Francisco para fazer um bom exame de consciência: Em relação a DeusDirijo-me a Deus somente em caso de necessidade? Participo na Missa dominical e nos dias de preceito? Começo e termino o meu dia com a oração? Invoquei em vão o nome de Deus, de Maria e dos Santos? Envergonho-me de me apresentar como cristão? O que faço para crescer espiritualmente, como e quando o faço? Revolto-me diante dos desígnios de Deus? Pretendo que seja Ele a cumprir a minha vontade? Em relação ao próximoSei perdoar, partilhar, ajudar o próximo? Julgo sem piedade, tanto em pensamento quando com palavras? Caluniei, roubei, desprezei os mais pequenos e indefesos? Sou invejoso, colérico, parcial? Tomo conta dos pobres e dos doentes? Envergonho-me da carne do meu irmão ou da minha irmã? Sou honesto e justo com todos ou alimento a “cultura do descartável”? Instiguei os outros a fazer o mal? Observo a moral conjugal e familiar que o Evangelho ensina? Como vivo as responsabilidades educativas para com os meus filhos? Honro e respeito os meus pais? Rejeitei a vida após a conceção? Desperdicei o dom da vida? Ajudei a fazê-lo? Respeito o ambiente? Em relação a mim mesmoSou um pouco mundano e pouco crente? Exagero em comer, beber, fumar e divertir-me? Preocupo-me em excesso com a saúde física, com os meus bens? Como uso o meu tempo? Sou preguiçoso? Procuro ser servido? Amo e cultivo a pureza de coração, de pensamentos e de ações? Nutro vinganças, alimento rancores? Sou manso, humilde, construtor de paz? É importante preparar a confissão com serenidade. Não se deve ir confessar com um horário apertado ou com pressa de ir embora. Há que chegar com antecedência. Estar calmo. Se houver fila permanecer contrito, não conversar ou distrair-se com outras coisas e dispor-se numa postura de humildade interior: “Só Deus é perfeito, e nós muito lhe agradecemos a sua divina Misericórdia e paciência para com as nossas faltas”.Com as mãos unidas e em introspeção, devemos começar por fazer uma oração, preferencialmente em frente ao Santíssimo Sacramento. É preciso entender que a Confissão não pode transformar-se numa atividade mecânica e rotineira, feita de maneira automática e sem o devido arrependimento dos pecados. Que o Senhor nos dê sempre a graça da contrição por nossas faltas e que possamos sempre recorrer à Sua infinita misericórdia. Após ter feito o exame de consciência, devemos dirigir-nos para o confessionário e, chegando a nossa vez, diante do sacerdote devemos: fazer o sinal da cruz, enquanto dizemos “Em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo”; indicar quanto tempo se passou desde a nossa última confissão; confessar os pecados, começando pelos mais graves e com a maior exatidão possível, indicando quantas vezes os cometemos; expressar o nosso arrependimento dizendo o Ato de Contrição: “Meu Deus, porque sois infinitamente bom, eu Vos amo de todo o meu coração, pesa-me de Vos ter ofendido, e, com o auxílio da vossa divina graça, proponho firmemente emendar-me e nunca mais Vos tornar a ofender; peço e espero o perdão das minhas culpas, pela vossa infinita misericórdia. Ámen” ou a versão simples: “Meu Deus, porque sois tão bom,tenho muita pena de Vos ter ofendido.Ajudai-me a não tornar a pecar” Na Liturgia da Missa do 1º domingo da Quaresma, na oração do Prefácio, dizemos: “Ó Deus, vós concedeis aos cristãos esperar com alegria, cada ano, a festa da Páscoa. De coração purificado, entregue à Oração e à prática do Amor Fraterno, preparamo-nos para celebrar os Mistérios Pascais, que nos deram Vida Nova e nos tornam filhos e filhas vossos”. E como vamos esperar a Páscoa “de coração purificado”? Como podemos purificar nossos corações? – Recebendo o Sacramento de Cura, chamado Sacramento da Penitência, da Reconciliação, do Perdão, da Confissão, da Conversão. Jesus Cristo, sabendo que o ser humano é fraco e que a graça do Batismo não suprimiu essa fragilidade humana nem a inclinação ao pecado (ou seja, a concupiscência), instituiu esse Sacramento para a Conversão dos batizados que se afastaram Dele pelo pecado. E quando foi instituído esse Sacramento do Perdão? – Nós lemos, no capítulo 20 do Evangelho de João, que Jesus Ressuscitado se encontrou com os Apóstolos e demais Discípulos, reunidos no Cenáculo com a presença maternal de Maria, Mãe da Igreja. Soprou sobre eles e lhes disse: “Recebei o Espírito Santo. A quem perdoardes os pecados, serão perdoados; a quem os retiverdes, serão retidos”. Nosso Senhor confiou à sua Igreja esse Ministério Sagrado de distribuir o Perdão de Deus aos cristãos contritos e humilhados. E a Igreja exerce esse Ministério, esse Serviço misericordioso, por meio do Sacramento da Penitência, da Confissão Sacramental. Deus não olha o número nem o tamanho de nossos pecados. Ele quer saber se estamos arrependidos e convertidos. “Deus não quer a morte do pecador, mas que se converta e viva” … Uma Confissão bem feita nos traz a reconciliação com Deus, o Perdão dos nossos pecados; a Reconciliação com a Igreja, que foi prejudicada pelos pecados que cometi; a Recuperação do Estado de Graça, da Amizade de Deus, perdida quando pequei; a Paz e a Serenidade da consciência, e a Consolação do Espírito; o Crescimento das forças espirituais no combate cristão constante para “não cair nas tentações” e “livrar-se do maligno”, como rezamos na oração que o Senhor nos ensinou. Nelson Rafael Fleury Colaborador na Paróquia N. Sra. Auxiliadora (Catedral) Caro leitor, até o momento, nós tivemos a oportunidade de falar sobre os três primeiros sacramentos da iniciação cristã: Batismo, Confirmação e Eucaristia. Agora, vamos entrar noutra categoria de sacramentos, a saber, os sacramentos de cura. Comecemos por esse maravilhoso sacramento que a Igreja nos o administra, sinal da Sua infinita misericórdia: a Penitência ou Reconciliação. Antes, porém, gostaria de pontuar que trataremos neste artigo da confissão individual (não a coletiva). Por meio desse sacramento, o próprio Deus nos oferece o seu perdão. Da parte de Deus, o perdão; da nossa parte, a mudança de vida e o regresso a Ele. Afinal de contas, vai nos atestar o apóstolo São João, que ninguém pode dizer que não possui pecado e, caso o diga, está se enganando (cf. 1Jo 1,8). Além do mais, o próprio Senhor nos ensinou a suplicar “perdoa-nos os nossos pecados” (Lc 11,4). Dessa forma, a reconciliação com Deus se faz necessária. Embora o Batismo tenha apagado todos os nossos pecados, o original e os pessoais, e também todas as penas devidas a eles, entretanto, a nova vida recebida no Batismo não suprimiu a fragilidade e a fraqueza da natureza humana, nem mesmo a famigerada inclinação ao pecado. A essa má inclinação, a tradição da Igreja chama de “concupiscência”. Assim, a Igreja jamais se cansa de nos dar a graça do perdão. Originalmente, a palavra “Penitência” significa doer-se, arrepender-se. Este sacramento, assim como os outros seis, foi instituído por Nosso Senhor: “aqueles a quem perdoardes os pecados ser-lhe-ão perdoados” (Jo 20,23). Por meio dele, Cristo socorre a fraqueza do homem que o traiu e o negou e, reconcilia-o com o Pai e com a Igreja. No instante dessa reconciliação, recria o ser humano como uma nova criatura devolvendo a ele sua semelhança com o Criador, que fora arranhada pelos pecados. A matéria e a forma do sacramento da Penitência De todos os sacramentos que tratamos até o momento, fomos capazes de perceber claramente a matéria necessária para que ele acontecesse validamente. No caso específico do sacramento da Penitência, ocorre algo peculiar tornando um pouco mais difícil determinar o sinal externo, uma vez que neste sacramento não há nenhum sinal visível como a água (no Batismo), o óleo (na Confirmação) e o Pão e o vinho (na Eucaristia). Diante dessa situação, o Concílio de Trento, na sua décima quarta sessão, afirma que “os atos do penitente são como que matéria deste sacramento”. Esses “atos” compreendem-se: o arrependimento, a confissão e a penitência. No caso dos dois primeiros atos (arrependimento e a confissão), trata-se de matéria essencial para a validade do sacramento. No caso do último (a penitência), a sua ausência não invalida o sacramento, porém, o torna não totalmente íntegro. Com relação à forma, essa é mais simples de perceber. Seguindo o mesmo padrão dos sacramentos já mencionados até aqui, a forma consiste naquelas palavras de absolvição pronunciadas pelo ministro após o penitente dizer os seus pecados: “Eu te absolvo dos teus pecados, em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo”. Algo muito importante a ser lembrado é que o pecado, mesmo que pessoal, fere também a Igreja, uma vez que o pecador tem responsabilidade perante ela. São João Paulo II, na sua Exortação Apostólica Reconciliação e Penitência, fala do “pecado social”: “Todo o pecado se repercute, com maior ou menor veemência, com maior ou menor dano, em toda a estrutura eclesial e em toda a família humana. Segundo esta primeira acepção, a cada pecado pode atribuir-se indiscutivelmente o caráter de pecado social”. Leia mais: .:Você sabe qual é origem do termo “sacramentos”? .:Você sabe o que é a matéria e a forma dos sacramentos? .:O que é o Batismo e qual é a forma deste sacramento? .:Todo cristão precisa fazer o Sacramento do Crisma? Existe pecado imperdoável? Diante desse quadro de tamanha relevância para nós cristãos, é preciso recordar que o sacramento da Penitência não cura a alma somente daquele que se confessou, mas exerce também um efeito vivificante sobre toda a vida da Igreja que sofrera com o pecado de um de seus membros. Cabe relembrar que, preocupada com a vida espiritual de seus filhos e desejosa que todos alcancem o céu, a Igreja estabelece a lei que obriga cada católico a confessar-se ao menos uma vez a cada ano. Por fim, jamais podemos nos esquecer que não existe pecado imperdoável. A esse respeito, São João Paulo II disse em duas oportunidades: “Devido ao amor e à misericórdia de Cristo, não há pecado tão grande que não possa ser perdoado; não há pecador que seja repelido. Quem quer que se arrepende, será recebido por Jesus Cristo com perdão e amor imenso”; “Não existe nenhum pecado que não possa ser perdoado, se nos aproximamos do trono da misericórdia com coração humilde e contrito. Nenhum mal é mais forte do que a infinita misericórdia de Deus”. Deus abençoe você e até a próxima! Relacionados Cristo instituiu o sacramento da Confissão — também conhecido como Reconciliação ou Penitência — para restaurar a graça da justificação aos membros pecadores da Igreja. Ele oferece a oportunidade de conversão e reconciliação, especialmente para aqueles que caíram em pecado grave após o Batismo. Os Padres da Igreja consideram esse sacramento como a “segunda tábua de salvação” para aqueles que perderam a graça. 1 Assim, a confissão e a busca pelo perdão são fundamentais tanto no Antigo quanto no Novo Testamento e culminam na instituição do Sacramento da Confissão. Neste artigo, exploraremos a prática do sacramento da confissão, as condições necessárias para que seja válida, bem como seus efeitos na nossa vida. Além disso, examinaremos suas raízes bíblicas e o rito que o envolve. Um sacramento é um sinal sensível e eficaz, instituído por Cristo, que nos transmite a graça divina. Ele é perceptível aos nossos sentidos, como palavras e ações, e tem um poder intrínseco para nos conferir a graça. Os sacramentos da iniciação cristã são o Batismo, a Confirmação e a Eucaristia. 2 Eles marcam o começo da vida cristã, conferindo-nos uma ligação especial com Cristo e a comunidade dos fiéis — sobretudo Eucaristia, que nos une à Cristo. Retábulo dos Sete Sacramentos, Rogier van der Weyden Os sacramentos de serviço são o Matrimônio e a Ordem. 3 Eles estão a serviço da comunidade e da Igreja, e os sacramentos de cura são a Confissão e a Unção dos Enfermos. 4 Os sacramentos realizam aquilo que significam, pois é Cristo quem opera por meio deles para nossa salvação e santificação. A Igreja Católica reconhece, portanto, estes sete sacramentos, que englobam todas as dimensões da vida cristã. Cada um deles traz consigo a presença de Cristo e a graça divina de maneira única e necessária para nossa vida de fé. O que são os sacramentos? Entenda mais sobre eles aqui. O Sacramento da Confissão é o sacramento instituído por Jesus Cristo para perdoar os pecados cometidos após o Batismo. 1 Ele oferece aos fiéis a oportunidade de se arrependerem de seus pecados, confessá-los a um sacerdote e receber o perdão divino. O arrependimento sincero e a contrição perfeita são partes fundamentais da confissão, uma vez que a verdadeira conversão do coração é essencial para a validade do sacramento. 5 O processo de reconciliação começa com um exame de consciência, por meio do qual os fiéis refletem sobre suas ações e reconhecem os pecados cometidos. Em seguida, eles procuram um sacerdote em um momento de confissão, a fim de relatar os seus pecados. Ao final, o confessor impõe ao fiel uma penitência a ser feita em reparação pelos pecados cometidos. O sacerdote age como um intermediário entre o penitente e Deus, conferindo a absolvição dos pecados por meio do poder recebido de Cristo. 6 A absolvição é uma ação que vai além do mero perdão humano. O sacerdote, agindo “in persona Christi”, concede a absolvição sacramental, libertando o penitente da culpa espiritual e restaurando sua amizade com Deus e com a Igreja. Esse ato é um testemunho tangível do amor incondicional de Deus e da Sua misericórdia infinita. 7 O Sacramento da Confissão é um caminho de cura e renovação interior, através do qual os católicos podem experimentar o amor e o perdão de Deus. Ele oferece a oportunidade de reconhecer a própria fragilidade, arrepender-se sinceramente e ser restaurado na graça divina. É, portanto, uma fonte de graça e de crescimento espiritual que nos permite avançar na vida de fé. 8 O Sacramento da Confissão tem raízes bíblicas e reflete a contínua vontade de Deus de reconciliar-se com a humanidade. No livro dos Salmos, o rei Davi expressa profundos sentimentos de arrependimento e busca pelo perdão após seu pecado com Betsabeia. 9 Além disso, o Antigo Testamento apresenta a prática de oferecer sacrifícios de expiação como forma de reconciliação com Deus. O livro do Levítico descreve rituais específicos para lidar com determinados pecados e impurezas, enfatizando a importância de buscar purificação e restauração. 10 O Novo Testamento revela que só Deus tem o poder de perdoar pecados; Jesus, o Filho de Deus encarnado, manifesta essa autoridade durante seu ministério terreno. Ele perdoa pecados ao curar um paralítico e afirma ser capaz de fazê-lo como Filho do Homem. 11 No entanto, após Sua ressurreição, Jesus confere também aos apóstolos a autoridade de perdoar os pecados. No Evangelho de João, Jesus sopra sobre os discípulos e diz: “Recebei o Espírito Santo; a quem perdoardes os pecados, lhes são perdoados; a quem os retiverdes, lhes são retidos”. 12 Isso estabelece o alicerce para o Sacramento da Confissão como um meio de reconciliação contínua. 13 Ademais, Jesus lhes dá a autoridade de reconciliar os pecadores com a Igreja. Essa dimensão eclesial do ministério apostólico é destacada nas palavras de Jesus a Pedro sobre as chaves do Reino dos Céus: “Tudo o que ligares na terra será ligado nos céus, e tudo o que desligares na terra será desligado nos céus.” 14. E esse poder é também concedido ao colégio apostólico. 13 Tais palavras indicam que aqueles excluídos da comunhão eclesial também ficam excluídos da comunhão com Deus, enquanto aqueles reintegrados na comunidade também são acolhidos por Deus. Pois “a reconciliação com a Igreja é inseparável da reconciliação com Deus.” 15 Padre Pio no confessionário. O rito começa com a saudação e a bênção do sacerdote, em seguida, ocorre a leitura da Palavra de Deus, para iluminar a consciência do penitente, despertar a contrição e preparar o seu coração para o arrependimento. 16 A seguir, o indivíduo reconhece seus pecados — que são a matéria do sacramento — e os confessa ao sacerdote. Logo após, ocorre a imposição e a aceitação da penitência. O sacerdote prescreve uma penitência ao penitente, o qual aceita como um ato de reparação pelos pecados cometidos e como parte do processo de reconciliação. 16 O próximo passo no rito é a absolvição, o sacerdote, agindo em nome de Cristo, pronuncia as palavras de absolvição (a forma), perdoando os pecados do penitente: “Deus, Pai de misericórdia, que, pela morte e ressurreição de seu Filho, reconciliou o mundo consigo e enviou o Espírito Santo para a remissão dos pecados, te conceda, pelo ministério da Igreja, o perdão e a paz. E Eu te absolvo dos teus pecados em nome do Pai, e do Filho e do Espírito Santo.” 7 Depois disso, o penitente expressa louvor e ação de graças a Deus, e o rito se encerra com a despedida e a bênção do sacerdote. 16 O penitente parte da confissão renovado espiritualmente — pois Deus o devolveu a graça santificante, que é remédio espiritual. Em situações de grave necessidade, pode-se recorrer à celebração comunitária da reconciliação, envolvendo uma confissão geral e uma absolvição geral. Tal necessidade pode ocorrer quando há perigo iminente de morte ou quando o número de penitentes é grande demais para os confessores ouvirem individualmente todas as confissões em um período razoável. No entanto, para que a absolvição seja válida, os fiéis devem ter a intenção de confessar seus pecados individualmente assim que possível. 17 A prática do Sacramento da Penitência abrange três elementos: a contrição, que é o pesar pelo pecado acompanhado da intenção de não repeti-lo; a confissão completa dos pecados; e a reparação da ofensa, realizada por meio de boas ações. 18 Assim como na vida corporal, quando alguém adoece e não encontra cura, pode perecer, da mesma maneira na vida espiritual, a pessoa fica debilitada pelo pecado. Logo, é imprescindível um remédio para restaurar a saúde espiritual. E essa cura é proporcionada através da graça concedida no sacramento da Penitência. 18 O Sacramento da Penitência é uma grande graça de Deus, um meio pelo qual Ele nos acolhe novamente sem se lembrar dos nossos erros. Além disso, somos fortalecidos para seguir ou recomeçar a nossa vida de fé com retidão, coragem e perseverança. Dessa forma, os efeitos espirituais do sacramento da Penitência são: a reconciliação com Deus, pela qual o penitente recupera a graça; a reconciliação com a Igreja; a remissão da pena eterna, em que incorreu pelos pecados mortais; a remissão, ao menos em parte, das penas temporais, consequência do pecado; a paz e a serenidade da consciência e a consolação espiritual; o acréscimo das forças espirituais para o combate cristão. “[…] A confissão integral dos pecados educa o penitente para a humildade, o reconhecimento da sua fragilidade pessoal e, ao mesmo tempo, para a consciência da necessidade do perdão de Deus e a confiança de que a Graça divina pode transformar a sua vida.” 19 Veja também: 3 condições para receber o Sacramento da Confissão O Guia de Confissão é um livro completo para quem quer entender e viver melhor o Sacramento da Penitência. Ele é ideal tanto para quem já se confessa regularmente quanto para quem deseja retomar esse hábito ou aprender mais sobre ele. No livro, você encontrará uma explicação clara sobre a confissão, baseada no Catecismo da Igreja Católica e nos ensinamentos dos santos. Além disso, há um passo a passo prático para se preparar bem, incluindo um exame de consciência detalhado com base nos Dez Mandamentos e nos pecados capitais, ajudando a reconhecer as próprias faltas e a fazer uma confissão mais sincera. O guia também responde às principais dúvidas sobre o sacramento, como quais pecados precisam ser confessados, qual a diferença entre pecado mortal e venial e com que frequência se deve procurar a confissão. Para tornar a experiência ainda mais enriquecedora, o livro traz orações para antes e depois do sacramento, ajudando a vivê-lo com mais profundidade. Com um conteúdo claro e acessível, o Guia de Confissão é um excelente companheiro para quem deseja se aproximar de Deus por meio deste sacramento tão importante. Saiba mais e garanta o seu exemplar aqui. Referências OS SETE SACRAMENTOS DA IGREJA CAPÍTULO SEGUNDO OS SACRAMENTOS DE CURA 1420. Pelos sacramentos da iniciação cristã, o homem recebe a vida nova de Cristo. Ora, esta vida, nós trazemo-la «em vasos de barro». Por enquanto, ela está ainda «oculta com Cristo em Deus» (Cl 3, 3). Vivemos ainda na «nossa morada terrena» (1), sujeita ao sofrimento, à doença e à morte. A vida nova de filhos de Deus pode ser enfraquecida e até perdida pelo pecado. 1421. O Senhor Jesus Cristo, médico das nossas almas e dos nossos corpos, que perdoou os pecados ao paralítico e lhe restituiu a saúde do corpo (2) quis que a sua Igreja continuasse, com a força do Espírito Santo, a sua obra de cura e de salvação, mesmo para com os seus próprios membros. É esta a finalidade dos dois sacramentos de cura: o sacramento da Penitência e o da Unção dos enfermos. ARTIGO 4 O SACRAMENTO DA PENITÊNCIA E DA RECONCILIAÇÃO 1422. «Aqueles que se aproximam do sacramento da Penitência obtêm da misericórdia de Deus o perdão da ofensa a Ele feita e, ao mesmo tempo, são reconciliados com a Igreja, que tinham ferido com o seu pecado, a qual, pela caridade, exemplo e oração, trabalha pela sua conversão» (3). I. Como se chama este sacramento? 1423. É chamado sacramento da conversão, porque realiza sacramentalmente o apelo de Jesus à conversão (4) e o esforço de regressar à casa do Pai (5) da qual o pecador se afastou pelo pecado. É chamado sacramento da Penitência, porque consagra uma caminhada pessoal e eclesial de conversão, de arrependimento e de satisfação por parte do cristão pecador.1424. É chamado sacramento da confissão, porque o reconhecimento, a confissão dos pecados perante o sacerdote é um elemento essencial deste sacramento. Num sentido profundo, este sacramento é também uma «confissão», reconhecimento e louvor da santidade de Deus e da sua misericórdia para com o homem pecador. E chamado sacramento do perdão, porque, pela absolvição sacramental do sacerdote. Deus concede ao penitente «o perdão e a paz» (6). E chamado sacramento da Reconciliação, porque dá ao pecador o amor de Deus que reconcilia: «Deixai-vos reconciliar com Deus» (2 Cor 5, 20). Aquele que vive do amor misericordioso de Deus está pronto para responder ao apelo do Senhor: «Vai primeiro reconciliar-te com teu irmão» (Mt 5, 24). II. Porquê, um sacramento de Reconciliação depois do Baptismo? 1425. «Vós fostes lavados, fostes santificados, fostes justificados pelo nome do Senhor Jesus Cristo e pelo Espírito do nosso Deus» (1 Cor 6, 11). Precisamos de tomar consciência da grandeza do dom de Deus que nos foi concedido nos sacramentos da iniciação cristã, para nos apercebermos de até que ponto o pecado é algo de inadmissível para aquele que foi revestido de Cristo (7). Mas o apóstolo São João diz também: «Se dissermos que não temos pecado, enganamo-nos a nós mesmos, e a verdade não está em nós» (1 Jo 1, 8). E o próprio Senhor nos ensinou a rezar: «Perdoai-nos as nossas ofensas» (Lc 11, 4), relacionando o perdão mútuo das nossas ofensas com o perdão que Deus concederá aos nossos pecados. 1426. A conversão a Cristo, o novo nascimento do Baptismo, o dom do Espírito Santo, o corpo e sangue de Cristo recebidos em alimento, tornaram-nos «santos e imaculados na sua presença» (Ef 1, 4), tal como a própria Igreja, esposa de Cristo, é «santa e imaculada na sua presença» (Ef 5, 27). No entanto, a vida nova recebida na iniciação cristã não suprimiu a fragilidade e a fraqueza da natureza humana, nem a inclinação para o pecado, a que a tradição chama concupiscência, a qual persiste nos baptizados, a fim de que prestem as suas provas no combate da vida cristã, ajudados pela graça de Cristo (8). Este combate é o da conversão, em vista da santidade e da vida eterna, a que o Senhor não se cansa de nos chamar (9).III. A conversão dos baptizados 1427. Jesus chama à conversão. Tal apelo é parte essencial do anúncio do Reino: «O tempo chegou ao seu termo, o Reino de Deus está próximo: convertei-vos e acreditai na boa-nova» (Mc 1, 15). Na pregação da Igreja, este apelo dirige-se, em primeiro lugar, àqueles que ainda não conhecem Cristo e o seu Evangelho. Por isso, o Baptismo é o momento principal da primeira e fundamental conversão. É pela fé na boa-nova e pelo Baptismo (10) que se renuncia ao mal e se adquire a salvação, isto é, a remissão de todos os pecados e o dom da vida nova. 1428. Ora, o apelo de Cristo à conversão continua a fazer-se ouvir na vida dos cristãos. Esta segunda conversão é uma tarefa ininterrupta para toda a Igreja, que «contém pecadores no seu seio» e que é, «ao mesmo tempo, santa e necessitada de purificação, prosseguindo constantemente no seu esforço de penitência e de renovação» (11). Este esforço de conversão não é somente obra humana. É o movimento do «coração contrito» (12) atraído e movido pela graça (13) para responder ao amor misericordioso de Deus, que nos amou primeiro (14). 1429. Testemunho disto mesmo, é a conversão de Pedro, depois de três vezes ter negado o seu mestre. O olhar infinitamente misericordioso de Jesus provoca-lhe lágrimas de arrependimento (15) e, depois da ressurreição do Senhor, a tríplice afirmação do seu amor para com Ele (16). A segunda conversão tem, também, uma dimensão comunitária. Isto aparece no apelo dirigido pelo Senhor a uma Igreja inteira: «Arrepende-te!» (Ap 2, 5-16). Santo Ambrósio diz, a respeito das duas conversões que, na Igreja, «existem a água e as lágrimas: a água do Baptismo e as lágrimas da Penitência» IV. A penitência interior1430. Como já acontecia com os profetas, o apelo de Jesus à conversão e à penitência não visa primariamente as obras exteriores, «o saco e a cinza», os jejuns e as mortificações, mas a conversão do coração, a penitência interior: Sem ela, as obras de penitência são estéreis e enganadoras; pelo contrário, a conversão interior impele à expressão dessa atitude cm sinais visíveis, gestos e obras de penitência (18). 1431. A penitência interior é uma reorientação radical de toda a vida, um regresso, uma conversão a Deus de todo o nosso coração, uma rotura com o pecado, uma aversão ao mal, com repugnância pelas más acções que cometemos. Ao mesmo tempo, implica o desejo e o propósito de mudar de vida, com a esperança da misericórdia divina e a confiança na ajuda da sua graça. Esta conversão do coração é acompanhada por uma dor e uma tristeza salutares, a que os Santos Padres chamaram animi cruciatus (aflição do espírito), compunctio cordis (compunção do coração) (19). 1432. O coração do homem é pesado e endurecido. É necessário que Deus dê ao homem um coração novo (20). A conversão é, antes de mais, obra da graça de Deus, a qual faz com que os nossos corações se voltem para Ele: «Convertei-nos, Senhor, e seremos convertidos» (Lm 5, 21). Deus é quem nos dá a coragem de começar de novo. É ao descobrir a grandeza do amor de Deus que o nosso coração é abalado pelo horror e pelo peso do pecado, e começa a ter receio de ofender a Deus pelo pecado e de estar separado d'Ele. O coração humano converte-se, ao olhar para Aquele a quem os nossos pecados trespassaram (21). «Tenhamos os olhos fixos no sangue de Cristo e compreendamos quanto Ele é precioso para o seu Pai, pois que, derramado para nossa salvação, proporcionou ao mundo inteiro a graça do arrependimento» (22). 1433. Depois da Páscoa, é o Espírito Santo que «confunde o mundo no tocante ao pecado», isto é, faz ver ao mundo o pecado de não ter acreditado n'Aquele que o Pai enviou (23). Mas este mesmo Espírito, que desmascara o pecado, é o Consolador (24) que dá ao coração do homem a graça do arrependimento e da conversão (25).V. As múltiplas formas da penitência na vida cristã 1434. A penitência interior do cristão pode ter expressões muito variadas. A Escritura e os Padres insistem sobretudo em três formas: o jejum, a oração e a esmola que exprimem a conversão, em relação a si mesmo, a Deus e aos outros. A par da purificação radical operada pelo Baptismo ou pelo martírio, citam, como meios de obter o perdão dos pecados, os esforços realizados para se reconciliar com o próximo, as lágrimas de penitência, a preocupação com a salvação do próximo (27), a intercessão dos santos e a prática da caridade «que cobre uma multidão de pecados» (1 Pe 4, 8). 1435. A conversão realiza-se na vida quotidiana por gestos de reconciliação, pelo cuidado dos pobres, o exercício e a defesa da justiça e do direito (28), pela confissão das próprias faltas aos irmãos, pela correcção fraterna, a revisão de vida, o exame de consciência, a direcção espiritual, a aceitação dos sofrimentos, a coragem de suportar a perseguição por amor da justiça. Tomar a sua cruz todos os dias e seguir Jesus é o caminho mais seguro da penitência (29). 1436. Eucaristia e Penitência. A conversão e a penitência quotidianas têm a sua fonte e alimento na Eucaristia: porque na Eucaristia torna-se presente o sacrifício de Cristo, que nos reconciliou com Deus: pela Eucaristia nutrem-se e fortificam-se os que vivem a vida de Cristo: «ela é o antídoto que nos livra das faltas quotidianas e nos preserva dos pecados mortais» (30). 1437. A leitura da Sagrada Escritura, a oração da Liturgia das Horas e do Pai Nosso, todo o acto sincero de culto ou de piedade reavivam em nós o espírito de conversão e de penitência e contribuem para o perdão dos nossos pecados. 1438. Os tempos e os dias de penitência no decorrer do Ano Litúrgico (tempo da Quaresma, cada sexta-feira em memória da morte do Senhor) são momentos fortes da prática penitencial da Igreja (31). Estes tempos são particularmente apropriados para os exercícios espirituais, as liturgias penitenciais, as peregrinações em sinal de penitência, as privações voluntárias como o jejum e a esmola, a partilha fraterna (obras caritativas e missionárias). 1439 O dinamismo da conversão e da penitência foi maravilhosamente descrito por Jesus na parábola do «filho pródigo», cujo centro é «o pai misericordioso» (32): o deslumbramento duma liberdade ilusória e o abandono da casa paterna: a miséria extrema em que o filho se encontra depois de delapidada a fortuna: a humilhação profunda de se ver obrigado a guardar porcos e, pior ainda, de desejar alimentar-se das bolotas que os porcos comiam: a reflexão sobre os bens perdidos: o arrependimento e a decisão de se declarar culpado diante do pai: o caminho do regresso: o acolhimento generoso por parte do pai: a alegria do pai: eis alguns dos aspectos próprios do processo de conversão. O fato novo, o anel e o banquete festivo são símbolos desta vida nova, pura, digna, cheia de alegria, que é a vida do homem que volta para Deus e para o seio da família que é a Igreja. Só o coração de Cristo, que conhece a profundidade do amor do seu Pai, pôde revelar-nos o abismo da sua misericórdia, de um modo tão cheio de simplicidade e beleza. VI. O sacramento da Penitência e da Reconciliação 1440. O pecado é, antes de mais, ofensa a Deus, ruptura da comunhão com Ele. Ao mesmo tempo, é um atentado contra a comunhão com a Igreja. É por isso que a conversão traz consigo, ao mesmo tempo, o perdão de Deus e a reconciliação com a Igreja, o que é expresso e realizado liturgicamente pelo sacramento da Penitência e Reconciliação (33). SÓ DEUS PERDOA O PECADO 1441. Só Deus perdoa os pecados (34). Jesus, porque é Filho de Deus, diz de Si próprio: «O Filho do Homem tem na terra o poder de perdoar os pecados» (Mc 2, 10) e exerce este poder divino: «Os teus pecados são-te perdoados!» (Mc 2, 5) (35). Mais ainda: em virtude da sua autoridade divina, concede este poder aos homens para que o exerçam em seu nome. 1442. Cristo quis que a sua Igreja fosse, toda ela, na sua oração, na sua vida e na sua actividade, sinal e instrumento do perdão e da reconciliação que Ele nos adquiriu pelo preço do seu sangue. Entretanto, confiou o exercício do poder de absolvição ao ministério apostólico. É este que está encarregado do «ministério da reconciliação» (2 Cor 5, 18). O apóstolo é enviado «em nome de Cristo» e «é o próprio Deus» que, através dele, exorta e suplica: «Deixai-vos reconciliar com Deus» (2 Cor 5, 20). RECONCILIAÇÃO COM A IGREJA1443. Durante a sua vida pública. Jesus não somente perdoou os pecados, como também manifestou o efeito desse perdão: reintegrou os pecadores perdoados na comunidade do povo de Deus, da qual o pecado os tinha afastado ou mesmo excluído. Sinal bem claro disso é o facto de Jesus admitir os pecadores à sua mesa, e mais ainda: de se sentar à mesa deles, gesto que exprime ao mesmo tempo, de modo desconcertante, o perdão de Deus (37), e o regresso ao seio do povo de Deus (38). 1444. Ao tornar os Apóstolos participantes do seu próprio poder de perdoar os pecados, o Senhor dá-lhes também autoridade para reconciliar os pecadores com a Igreja. Esta dimensão eclesial do seu ministério exprime-se, nomeadamente, na palavra solene de Cristo a Simão Pedro: «Dar-te-ei as chaves do Reino dos céus; tudo o que ligares na terra ficará ligado nos céus, e tudo o que desligares na terra ficará desligado nos céus» (Mt 16, 19). «Este mesmo encargo de ligar e desligar, conferido a Pedro, foi também atribuído ao colégio dos Apóstolos unidos à sua cabeça (Mt 18,18; 28, 16-20)» (39). 1445. As palavras ligar e desligar significam: aquele que vós excluirdes da vossa comunhão, ficará também excluído da comunhão com Deus; aquele que de novo receberdes na vossa comunhão, também Deus o acolherá na sua. A reconciliação com a Igreja é inseparável da reconciliação com Deus. O SACRAMENTO DO PERDÃO 1446. Cristo instituiu o sacramento da Penitência para todos os membros pecadores da sua Igreja, antes de mais para aqueles que, depois do Baptismo, caíram em pecado grave e assim perderam a graça baptismal e feriram a comunhão eclesial. É a eles que o sacramento da Penitência oferece uma nova possibilidade de se converterem e de reencontrarem a graça da justificação. Os Padres da Igreja apresentam este sacramento como «a segunda tábua (de salvação), depois do naufrágio que é a perda da graça» (40). 1447. No decorrer dos séculos, a forma concreta segundo a qual a Igreja exerceu este poder recebido do Senhor variou muito. Durante os primeiros séculos, a reconciliação dos cristãos que tinham cometido pecados particularmente graves depois do Baptismo (por exemplo: a idolatria, o homicídio ou o adultério) estava ligada a uma disciplina muito rigorosa, segundo a qual os penitentes tinham de fazer penitência pública pelos seus pecados, muitas vezes durante longos anos, antes de receberem a reconciliação. A esta «ordem dos penitentes» (que apenas dizia respeito a certos pecados graves) só raramente se era admitido e, em certas regiões, apenas uma vez na vida. Durante século VII, inspirados pela tradição monástica do Oriente, os missionários irlandeses trouxeram para a Europa continental a prática «privada» da penitência que não exigia a realização pública e prolongada de obras de penitência, antes de receber a reconciliação com a Igreja. O sacramento processa-se, a partir de então, dum modo mais secreto, entre o penitente e o sacerdote. Esta nova prática previa a possibilidade da repetição e abria assim o caminho a uma frequência regular deste sacramento. Permitia integrar, numa só celebração sacramental, o perdão dos pecados graves e dos pecados veniais. Nas suas grandes linhas, é esta forma de penitência que a Igreja tem praticado até aos nossos dias. 1448. Através das mudanças que a disciplina e a celebração deste sacramento têm conhecido no decorrer dos séculos, distingue-se a mesma estrutura fundamental. Esta inclui dois elementos igualmente essenciais: por um lado, os actos do homem que se converte sob a acção do Espírito Santo, a saber, a contrição, a confissão e a satisfação: por outro, a acção de Deus pela intervenção da Igreja. A Igreja que, por meio do bispo e seus presbíteros, concede, em nome de Jesus Cristo, o perdão dos pecados e fixa o modo da satisfação, também reza pelo pecador e faz penitência com ele. Assim, o pecador á curado e restabelecido na comunhão eclesial. 1449. A fórmula de absolvição, em uso na Igreja latina, exprime os elementos essenciais deste sacramento: o Pai das misericórdias é a fonte de todo o perdão. Ele realiza a reconciliação dos pecadores pela Páscoa do seu Filho e pelo dom do seu Espírito, através da oração e do ministério da Igreja: «Deus, Pai de misericórdia, que, pela morte e ressurreição de seu Filho, reconciliou o mundo consigo e enviou o Espírito Santo para a remissão dos pecados, te conceda, pelo ministério da Igreja, o perdão e a paz. E Eu te absolvo dos teus pecados em nome do Pai, e do Filho e do Espírito Santo» (41). VII. Os actos do penitente 1450. «Poenitentia cogit peccatorem omnia libenter sufferre; in corde eius contritio, in ore confessio, in opere tota humilitas vel fructifera satisfactio – A penitência leva o pecador a tudo suportar de bom grado: no coração, a contrição; na boca, a confissão; nas obras, toda a humildade e frutuosa satisfação» (42).A CONTRIÇÃO 1451. Entre os actos do penitente, a contrição ocupa o primeiro lugar. Ela é «uma dor da alma e uma detestação do pecado cometido, com o propósito de não mais pecar no futuro» (43). 1452. Quando procedente do amor de Deus, amado sobre todas as coisas, a contrição é dita «perfeita» (contrição de caridade). Uma tal contrição perdoa as faltas veniais: obtém igualmente o perdão dos pecados mortais, se incluir o propósito firme de recorrer, logo que possível, à confissão sacramental (44). 1453. A contrição dita «imperfeita» (ou «atrição») é, também ela, um dom de Deus, um impulso do Espírito Santo. Nasce da consideração da fealdade do pecado ou do temor da condenação eterna e das outras penas de que o pecador está ameaçado (contrição por temor). Um tal abalo da consciência pode dar início a uma evolução interior, que será levada a bom termo sob a acção da graça, pela absolvição sacramental. No entanto, por si mesma, a contrição imperfeita não obtém o perdão dos pecados graves, mas dispõe para obtê-lo no sacramento da Penitência (45). 1454. É conveniente que a recepção deste sacramento seja preparada por um exame de consciência, feito à luz da Palavra de Deus. Os textos mais adaptados para este efeito devem procurar-se no Decálogo e na catequese moral dos evangelhos e das cartas dos Apóstolos: sermão da montanha e ensinamentos apostólicos (46). A CONFISSÃO DOS PECADOS 1455. A confissão (a acusação) dos pecados, mesmo de um ponto de vista simplesmente humano, liberta-nos e facilita a nossa reconciliação com os outros. Pela confissão, o homem encara de frente os pecados de que se tornou culpado; assume a sua responsabilidade e, desse modo, abre-se de novo a Deus e à comunhão da Igreja, para tornar possível um futuro diferente. 1456. A confissão ao sacerdote constitui uma parte essencial do sacramento da Penitência: «Os penitentes devem, na confissão, enumerar todos os pecados mortais de que têm consciência, após se terem seriamente examinado, mesmo que tais pecados sejam secretíssimos e tenham sido cometidos apenas contra os dois últimos preceitos do Decálogo (47); porque, por vezes, estes pecados ferem mais gravemente a alma e são mais perigosos que os cometidos à vista de todos» (48): «Quando os fiéis se esforçam por confessar todos os pecados de que se lembram, não se pode duvidar de que os apresentam todos ao perdão da misericórdia divina. Os que procedem de modo diverso, e conscientemente ocultam alguns, esses não apresentam à bondade divina nada que ela possa perdoar por intermédio do sacerdote. Porque, "se o doente tem vergonha de descobrir a sua ferida ao médico, a medicina não pode curar o que ignora"» (49). 1457. Segundo o mandamento da Igreja, «todo o fiel que tenha atingido a idade da discrição, está obrigado a confessar fielmente os pecados graves, ao menos uma vez ao ano» (50). Aquele que tem consciência de haver cometido um pecado mortal, não deve receber a sagrada Comunhão, mesmo que tenha uma grande contrição, sem ter previamente recebido a absolvição sacramental (51); a não ser que tenha um motivo grave para comungar e não lhe seja possível encontrar-se com um confessor (52). As crianças devem aceder ao sacramento da Penitência antes de receberem pela primeira vez a Sagrada Comunhão (53). 1458. Sem ser estritamente necessária, a confissão das faltas quotidianas (pecados veniais) é contudo vivamente recomendada pela Igreja. (54) Com efeito, a confissão regular dos nossos pecados veniais ajuda-nos a formar a nossa consciência, a lutar contra as más inclinações, a deixarmo-nos curar por Cristo, a progredir na vida do Espírito. Recebendo com maior frequência, neste sacramento, o dom da misericórdia do Pai, somos levados a ser misericordiosos como Ele (55): «Aquele que confessa os seus pecados e os acusa, já está de acordo com Deus. Deus acusa os teus pecados; se tu também os acusas, juntas-te a Deus. O homem e o pecador são, por assim dizer, duas realidades distintas. Quando ouves falar do homem, foi Deus que o criou: quando ouves falar do pecador, foi o próprio homem quem o fez. Destrói o que fizeste, para que Deus salve o que fez. [...] Quando começas a detestar o que fizeste, é então que começam as tuas boas obras, porque acusas as tuas obras más. O princípio das obras boas é a confissão das más. Praticaste a verdade e vens à luz» (56). A SATISFAÇÃO 1459. Muitos pecados prejudicam o próximo. Há que fazer o possível por reparar esse dano (por exemplo: restituir as coisas roubadas, restabelecer a boa reputação daquele que foi caluniado, indemnizar por ferimentos). A simples justiça o exige. Mas, além disso, o pecado fere e enfraquece o próprio pecador, assim como as suas relações com Deus e com o próximo. A absolvição tira o pecado, mas não remedeia todas as desordens causadas pelo pecado (57). Aliviado do pecado, o pecador deve ainda recuperar a perfeita saúde espiritual. Ele deve, pois, fazer mais alguma coisa para reparar os seus pecados: «satisfazer» de modo apropriado ou «expiar» os seus pecados. A esta satisfação também se chama «penitência». 1460. A penitência que o confessor impõe deve ter em conta a situação pessoal do penitente e procurar o seu bem espiritual. Deve corresponder, quanto possível, à gravidade e natureza dos pecados cometidos. Pode consistir na oração, num donativo, nas obras de misericórdia, no serviço do próximo, em privações voluntárias, sacrifícios e, sobretudo, na aceitação paciente da cruz que temos de levar. Tais penitências ajudam-nos a configurar-nos com Cristo, que, por Si só, expiou os nossos pecados (58) uma vez por todas. Tais penitências fazem que nos tornemos co-herdeiros de Cristo Ressuscitado, «uma vez que também sofremos com Ele» (Rm 8, 17) (59): «Mas esta satisfação, que realizamos pelos nossos pecados, não é possível senão por Jesus Cristo: nós que, por nós próprios, nada podemos, com a ajuda "d'Aquele que nos conforta, podemos tudo" (60). Assim, o homem não tem nada de que se gloriar. Toda a nossa «glória» está em Cristo [...] em quem nós satisfazemos, "produzindo dignos frutos de penitência" (61), os quais vão haurir n'Ele toda a sua força, por Ele são oferecidos ao Pai, e graças a Ele são aceites pelo Pai» (62). VIII. O ministro deste sacramento1461. Uma vez que Cristo confiou aos Apóstolos o ministério da reconciliação (63) os bispos, seus sucessores, e os presbíteros, colaboradores dos bispos, continuam a exercer tal ministério. Com efeito, os bispos e os presbíteros é que têm, em virtude do sacramento da Ordem, o poder de perdoar todos os pecados, «em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo». 1462. O perdão dos pecados reconcilia com Deus mas também com a Igreja. O bispo, chefe visível da Igreja particular, é justamente considerado, desde os tempos antigos, como o principal detentor do poder e ministério da reconciliação: é o moderador da disciplina penitencial (64). Os presbíteros, seus colaboradores, exercem-no na medida em que receberam o respectivo encargo, quer do seu bispo (ou dum superior religioso), quer do Papa, através do direito da Igreja (65). 1463. Certos pecados particularmente graves são punidos pela excomunhão, a pena eclesiástica mais severa, que impede a recepção dos sacramentos e o exercício de certos actos eclesiásticos (66) e cuja absolvição, por conseguinte, só pode ser dada, segundo o direito da Igreja, pelo Papa, pelo bispo do lugar ou por sacerdotes por eles autorizados (67). Em caso de perigo de morte, qualquer sacerdote, mesmo que careça da faculdade de ouvir confissões, pode absolver de qualquer pecado e de toda a excomunhão (68). 1464. Os sacerdotes devem exortar os fiéis a aproximarem-se do sacramento da Penitência; e devem mostrar-se disponíveis para a celebração deste sacramento, sempre que os cristãos o peçam de modo razoável (69). 1465. Ao celebrar o sacramento da Penitência, o sacerdote exerce o ministério do bom Pastor que procura a ovelha perdida: do bom Samaritano que cura as feridas; do Pai que espera pelo filho pródigo e o acolhe no seu regresso; do justo juiz que não faz acepção de pessoas e cujo juízo é, ao mesmo tempo, justo e misericordioso. Em resumo, o sacerdote é sinal e instrumento do amor misericordioso de Deus para com o pecador. 1466. O confessor não é dono, mas servidor do perdão de Deus. O ministro deste sacramento deve unir-se à intenção e à caridade de Cristo (70). Deve ter um conhecimento comprovado do comportamento cristão, experiência das coisas humanas, respeito e delicadeza para com aquele que caiu; deve amar a verdade, ser fiel ao Magistério da Igreja, e conduzir o penitente com paciência para a cura e a maturidade plena. Deve rezar e fazer penitência por ele, confiando-o à misericórdia do Senhor. 1467. Dada a delicadeza e a grandeza deste ministério e o respeito devido às pessoas, a igreja declara que todo o sacerdote que ouve confissões está obrigado a guardar segredo absoluto sobre os pecados que os seus penitentes lhe confessaram, sob penas severíssimas (71). Tão pouco pode servir-se dos conhecimentos que a confissão lhe proporciona sobre a vida dos penitentes. Este segredo, que não admite excepções, é chamado «sigilo sacramental», porque aquilo que o penitente manifestou ao sacerdote fica «selado» pelo sacramento. IX. Os efeitos deste sacramento 1468. «Toda a eficácia da Penitência consiste em nos restituir à graça de Deus e em unir-nos a Ele numa amizade perfeita» (72). O fim e o efeito deste sacramento são, pois, a reconciliação com Deus. Naqueles que recebem o sacramento da Penitência com coração contrito e disposição religiosa, seguem-se-lhe «a paz e a tranquilidade da consciência, acompanhadas duma grande consolação espiritual» (73). Com efeito, o sacramento da reconciliação com Deus leva a uma verdadeira «ressurreição espiritual», à restituição da dignidade e dos bens próprios da vida dos filhos de Deus, o mais precioso dos quais é a amizade do mesmo Deus (74). 1469. Este sacramento reconcilia-nos com a Igreja. O pecado abala ou rompe a comunhão fraterna. O sacramento da Penitência repara-a ou restaura-a. Nesse sentido, não se limita apenas a curar aquele que é restabelecido na comunhão eclesial, mas também exerce um efeito vivificante sobre a vida da Igreja que sofreu com o pecado de um dos seus membros (75). Restabelecido ou confirmado na comunhão dos santos, o pecador é fortalecido pela permuta de bens espirituais entre todos os membros vivos do corpo de Cristo, quer vivam ainda em estado de peregrinos, quer já tenham atingido a pátria celeste (76): «É de lembrar que a reconciliação com Deus tem como consequência, por assim dizer, outras reconciliações, que trarão remédio a outras rupturas produzidas pelo pecado: o penitente perdoado reconcilia-se consigo mesmo no mais profundo do seu ser, onde recupera a própria verdade interior: reconcilia-se com os irmãos, que de algum modo ofendeu e magoou: reconcilia-se com a Igreja; reconcilia-se com toda a criação» (77). 1470. Neste sacramento, o pecador, remetendo-se ao juízo misericordioso de Deus, de certo modo antecipa o julgamento a que será submetido no fim desta vida terrena. É aqui e agora, nesta vida, que nos é oferecida a opção entre a vida e a morte. Só pelo caminho da conversão é que podemos entrar no Reino de onde o pecado grave nos exclui? (78). Convertendo-se a Cristo pela penitência e pela fé, o pecador passa da morte à vida «e não é sujeito a julgamento» (Jo 5, 24). X. As indulgências 1471. A doutrina e a prática das indulgências na Igreja estão estreitamente ligadas aos efeitos do sacramento da Penitência. O QUE É A INDULGÊNCIA? «A indulgência é a remissão, perante Deus, da pena temporal devida aos pecados cuja culpa já foi apagada; remissão que o fiel devidamente disposto obtém em certas e determinadas condições, pela acção da Igreja, a qual, enquanto dispensadora da redenção, distribui e aplica por sua autoridade o tesouro das satisfações de Cristo e dos santos» (79). «A indulgência é parcial ou plenária, consoante liberta parcialmente ou na totalidade da pena temporal devida ao pecado» (80). «O fiel pode lucrar para si mesmo as indulgências [...], ou aplicá-las aos defuntos» (81). AS PENAS DO PECADO 1472. Para compreender esta doutrina e esta prática da Igreja, deve ter-se presente que o pecado tem uma dupla consequência. O pecado grave priva-nos da comunhão com Deus e, portanto, torna-nos incapazes da vida eterna, cuja privação se chama «pena eterna» do pecado. Por outro lado, todo o pecado, mesmo venial, traz consigo um apego desordenado às criaturas, o qual precisa de ser purificado, quer nesta vida quer depois da morte, no estado que se chama Purgatório. Esta purificação liberta do que se chama «pena temporal» do pecado. Estas duas penas não devem ser consideradas como uma espécie de vingança, infligida por Deus, do exterior, mas como algo decorrente da própria natureza do pecado. Uma conversão procedente duma caridade fervorosa pode chegar à total purificação do pecador, de modo que nenhuma pena subsista (82).1473. O perdão do pecado e o restabelecimento da comunhão com Deus trazem consigo a abolição das penas eternas do pecado. Mas subsistem as penas temporais. O cristão deve esforçar-se por aceitar, como uma graça, estas penas temporais do pecado, suportando pacientemente os sofrimentos e as provações de toda a espécie e, chegada a hora, enfrentando serenamente a morte: deve aplicar-se, através de obras de misericórdia e de caridade, bem como pela oração e pelas diferentes práticas da penitência, a despojar-se completamente do «homem velho» e a revestir-se do «homem novo» (83). NA COMUNHÃO DOS SANTOS 1474. O cristão que procura purificar-se do seu pecado e santificar-se com a ajuda da graça de Deus, não se encontra só. «A vida de cada um dos filhos de Deus está ligada de modo admirável, em Cristo e por Cristo, à vida de todos os outros irmãos cristãos, na unidade sobrenatural do corpo Místico de Cristo, como que numa pessoa mística» (84). 1475. Na comunhão dos santos, «existe, portanto, entre os fiéis – os que já estão na pátria celeste, os que foram admitidos à expiação do Purgatório, e os que vivem ainda peregrinos na terra – um constante laço de amor e uma abundante permuta de todos os bens» (85). Nesta admirável permuta, a santidade de um aproveita aos demais, muito para além do dano que o pecado de um tenha podido causar aos outros. Assim, o recurso à comunhão dos santos permite ao pecador contrito ser purificado mais depressa e mais eficazmente das penas do pecado. 1476. A estes bens espirituais da comunhão dos santos, também lhes chamamos o tesouro da Igreja, «que não é um somatório de bens, como quando se trata das riquezas materiais acumuladas no decurso dos séculos, mas sim o preço infinito e inesgotável que têm junto de Deus as expiações e méritos de Cristo, nosso Senhor, oferecidos para que a humanidade seja liberta do pecado e chegue à comunhão com o Pai. É em Cristo, nosso Redentor, que se encontram em abundância as satisfações e os méritos da sua redenção (86)». 1477. «Pertencem igualmente a este tesouro o preço verdadeiramente imenso, incomensurável e sempre novo que têm junto de Deus as orações e boas obras da bem-aventurada Virgem Maria e de todos os santos, que se santificaram pela graça de Cristo, seguindo as suas pegadas, e que realizaram uma obra agradável ao Pai; de modo que, trabalhando pela sua própria salvação, igualmente cooperaram na salvação dos seus irmãos na unidade do corpo Místico» (87). OBTER A INDULGÊNCIA DE DEUS MEDIANTE A IGREJA 1478. A indulgência obtém-se mediante a Igreja que, em virtude do poder de ligar e desligar que lhe foi concedido por Jesus Cristo, intervém a favor dum cristão e lhe abre o tesouro dos méritos de Cristo e dos santos, para obter do Pai das misericórdias o perdão das penas temporais devidas pelos seus pecados. É assim que a Igreja não quer somente vir em ajuda deste cristão, mas também incitá-lo a obras de piedade, penitência e caridade» (88). 1479. Uma vez que os fiéis defuntos, em vias de purificação, também são membros da mesma comunhão dos santos, nós podemos ajudá-los, entre outros modos, obtendo para eles indulgências, de modo que sejam libertos das penas temporais devidas pelos seus pecados. XI. A celebração do sacramento da Penitência 1480. Tal como todos os sacramentos, a Penitência é uma acção litúrgica. Ordinariamente, os elementos da sua celebração são os seguintes: saudação e bênção do sacerdote, leitura da Palavra de Deus para iluminar a consciência e suscitar a contrição e exortação ao arrependimento: a confissão que reconhece os pecados e os manifesta ao sacerdote; a imposição e aceitação da penitência; a absolvição do sacerdote; o louvor de acção de graças e a despedida com a bênção do sacerdote. 1481. A liturgia bizantina tem várias fórmulas de absolvição, em forma deprecativa, que exprimem admiravelmente o mistério do perdão: «Deus, que pelo profeta Natan perdoou a David, quando ele confessou os seus próprios pecados, a Pedro depois de ele ter chorado amargamente, à pecadora depois de ela ter derramado lágrimas a seus pés, ao publicano e ao pródigo, este mesmo Deus vos perdoe, por intermédio de mim pecador, nesta vida e na outra, e vos faça comparecer, sem vos condenar no seu temível tribunal: Ele que é bendito pelos séculos dos séculos. Ámen» (89). 1482. O sacramento da Penitência pode também ter lugar no âmbito duma celebração comunitária, na qual se faz uma preparação conjunta para a confissão e conjuntamente se dão graças pelo perdão recebido. Neste caso, a confissão pessoal dos pecados e a absolvição individual são inseridas numa liturgia da Palavra de Deus, com leituras e homilia, exame de consciência feito em comum, pedido comunitário de perdão, oração do Pai Nosso e acção de graças em comum. Esta celebração comunitária exprime mais claramente o carácter eclesial da penitência. No entanto, seja qual for a forma da sua celebração, o sacramento da Penitência é sempre, por sua própria natureza, uma acção litúrgica, portanto eclesial e pública (90).1483. Em casos de grave necessidade, pode-se recorrer à celebração comunitária da reconciliação, com confissão geral e absolvição geral. Tal necessidade grave pode ocorrer quando há perigo iminente de morte, sem que o sacerdote ou os sacerdotes tenham tempo suficiente para ouvir a confissão de cada penitente. A necessidade grave pode existir também quando, tendo em conta o

número dos penitentes, não há confessores bastantes para ouvir devidamente as confissões individuais num tempo razoável, de modo que os penitentes, sem culpa sua, se vejam privados, durante muito tempo, da graça sacramental ou da sagrada Comunhão. Neste caso, para a validade da absolvição, os fiéis devem ter o propósito de confessar individualmente os seus pecados graves em tempo oportuno (91). Pertence ao bispo diocesano julgar se as condições requeridas para a absolvição geral existem (92). Uma grande afluência de fiéis, por ocasião de grandes festas ou de peregrinações, não constitui um desses casos de grave necessidade (93). 1484. «A confissão individual e íntegra e a absolvição constituem o único modo ordinário pelo qual o fiel, consciente de pecado grave, se reconcilia com Deus e com a Igreja: somente a impossibilidade física ou moral o escusa desta forma de confissão» (94). Há razões profundas para que assim seja. Cristo age em cada um dos sacramentos. Ele dirige-Se pessoalmente a cada um dos pecadores: «Meu filho, os teus pecados são-te perdoados» (Mc 2, 5); Ele é o médico que Se inclina sobre cada um dos doentes com necessidade d'Ele (95) « para os curar: alivia-os e reintegra-os na comunhão fraterna. A confissão pessoal é, pois, a forma mais significativa da reconciliação com Deus e com a Igreja. Resumindo: 1485. «Na tarde da Páscoa, o Senhor Jesus apareceu aos seus Apóstolos e disse-lhes: "Recebei o Espírito Santo: àqueles a quem perdoardes os pecados ser-lhes-ão perdoados; e àqueles a quem os retiverdes ser-lhes-ão retidos"» (Jo 20, 22-23). 1486. 0 perdão dos pecados cometidos depois do Baptismo é concedido por meio dum sacramento próprio, chamado sacramento da Conversão, da Confissão, da Penitência ou da Reconciliação. 1487. Quem peca, ofende a honra de Deus e o seu amor, a sua própria dignidade de homem chamado a ser filho de Deus, e o bem-estar espiritual da Igreja, da qual cada fiel deve ser pedra viva.1488. Aos olhos da fé, não existe mal mais grave do que o pecado; nada tem piores consequências para os próprios pecadores, para a Igreja e para todo o mundo. 1489. Voltar à comunhão com Deus, depois de a ter perdido pelo pecado, é um movimento nascido da graça do mesmo Deus misericordioso e cheio de interesse pela salvação dos homens. Deve pedir-se esta graça preciosa, tanto para si mesmo como para os outros. 1490. O movimento de regresso a Deus, pela conversão e arrependimento, implica dor e aversão em relação aos pecados cometidos, e o propósito firme de não tornar a pecar no futuro. Portanto, a conversão refere-se ao passado e ao futuro: alimenta-se da esperança na misericórdia divina. 1491. O sacramento da Penitência é constituído pelo conjunto de três actos realizados pelo penitente e pela absolvição do sacerdote. Os actos do penitente são: o arrependimento, a confissão ou manifestação dos pecados ao sacerdote e o propósito de cumprir a reparação e as obras de reparação. 1492. O arrependimento (também chamado contrição) deve inspirar-se em motivações que brotam da fé. Se for motivado pelo amor de caridade para com Deus, diz-se «perfeito»; se fundado em outros motivos, diz-se «imperfeito». 1493. Aquele que quer obter a reconciliação com Deus e com a Igreja, deve confessar ao sacerdote todos os pecados graves que ainda não tiver confessado e de que se lembre depois de ter examinado cuidadosamente a sua consciência. A confissão das faltas veniais, sem ser em si necessária, é todavia vivamente recomendada pela Igreja. 1494. O confessor propõe ao penitente o cumprimento de certos actos de «satisfação» ou «penitência», com o fim de reparar o mal causado pelo pecado e restabelecer os hábitos próprios dum discípulo de Cristo. 1495. Só os sacerdotes que receberam da autoridade da Igreja a faculdade de absolver; podem perdoar os pecados em nome de Cristo. 1496. Os efeitos espirituais do sacramento da Penitência são: – a reconciliação com Deus, pela qual o penitente recupera a graça;– a reconciliação com a Igreja;– a remissão da pena eterna, em que incorreu pelos pecados mortais;– a remissão, ao menos em parte, das penas temporais, consequência do pecado;– a paz e a serenidade da consciência e a consolação espiritual;– o acréscimo das forças espirituais para o combate cristão. 1497. A confissão individual e integral dos pecados graves, seguida da absolvição, continua a ser o único meio ordinário para a reconciliação com Deus e com a Igreja. 1495. Por meio das indulgências, os fiéis podem obter para si próprios, e também para as almas do Purgatório, a remissão das penas temporais, consequência do pecado. ARTIGO 5 A UNÇÃO DOS ENFERMOS 1499. «Pela santa Unção dos Enfermos e pela oração dos presbíteros, toda a Igreja encomenda os doentes ao Senhor, sofredor e glorificado, para que os alivie e os salve: mais ainda, exorta-os a que, associando-se livremente à paixão e morte de Cristo, concorram para o bem do povo de Deus» (95). I. Os seus fundamentos na economia da salvação A DOENÇA NA VIDA HUMANA 1500. A doença e o sofrimento estiveram sempre entre os problemas mais graves que afligem a vida humana. Na doença, o homem experimenta a sua incapacidade, os seus limites, a sua finitude. Qualquer enfermidade pode fazer-nos entrever a morte. 1501. A doença pode levar à angústia, ao fechar-se em si mesmo e até, por vezes, ao desespero e à revolta contra Deus. Mas também pode tornar uma pessoa mais amadurecida, ajudá-la a discernir, na sua vida, o que não é essencial para se voltar para o que o é. Muitas vezes, a doença leva à busca de Deus, a um regresso a Ele. O DOENTE PERANTE DEUS 1502. O homem do Antigo Testamento vive a doença à face de Deus. É diante de Deus que desafoga o seu lamento pela doença que lhe sobreveio (97) e é d'Ele. Senhor da vida e da morte, que implora a cura (98). A doença torna-se caminho de conversão (99) e o perdão de Deus dá início à cura (100). Israel faz a experiência de que a doença está, de modo misterioso, ligada ao pecado e ao mal, e de que a fidelidade a Deus em conformidade com a sua Lei restitui a vida: «porque Eu, o Senhor, é que sou o teu médico» (Ex 15, 26). O profeta entrevê que o sofrimento pode ter também um sentido redentor pelos pecados dos outros (101). Finalmente, Isaías anuncia que Deus fará vir para Sião um tempo em que perdoará todas as faltas e curará todas as doenças (102). CRISTO-MÉDICO 1503. A compaixão de Cristo para com os doentes e as suas numerosas curas de enfermos de toda a espécie (103) são um sinal claro de que «Deus visitou o seu povo» (104) e de que o Reino de Deus está próximo. Jesus tem poder não somente para curar, mas também para perdoar os pecados (105): veio curar o homem na sua totalidade, alma e corpo: é o médico de que os doentes precisam (106). A sua compaixão para com todos os que sofrem vai ao ponto de identificar-Se com eles: «Estive doente e visitastes-Me» (Mt 25, 36). O seu amor de predilecção para com os enfermos não cessou, ao longo dos séculos, de despertar a atenção particular dos cristãos para aqueles que sofrem no corpo ou na alma. Ele está na origem de incansáveis esforços para os aliviar. 1504. Frequentemente, Jesus pede aos doentes que acreditem (107). Serve-se de sinais para curar: saliva e imposição das mãos (108), lodo e lavagem (109). Por seu lado, os doentes procuram tocar-Lhe (110), «porque saía d'Ele uma força que a todos curava» (Lc 6, 19). Por isso, nos sacramentos, Cristo continua a «tocar-nos» para nos curar. 1505. Comovido por tanto sofrimento, Cristo não só Se deixa tocar pelos doentes, como também faz suas as misérias deles: «Tomou sobre Si as nossas enfermidades e carregou com as nossas doenças» (Mt 8, 17) (111). Ele não curou todos os doentes. As curas que fazia eram sinais da vinda do Reino de Deus. Anunciavam uma cura mais radical: a vitória sobre o pecado e sobre a morte, mediante a sua Páscoa. Na cruz, Cristo tomou sobre Si todo o peso do mal (112) e tirou «o pecado do mundo» (Jo 1, 29), do qual a doença não é mais que uma consequência. Pela sua paixão e morte na cruz. Cristo deu novo sentido ao sofrimento: desde então este pode configurar-nos com Ele e unir-nos à sua paixão redentora. «CURAI OS ENFERMOS...» 1506. Cristo convida os discípulos a seguirem-no, tomando a sua cruz (113). Seguindo-O, eles adquirem uma nova visão da doença e dos doentes. Jesus associa-os à sua vida pobre e servidora. Fá-los participar no seu ministério de compaixão e de cura: E eles «partiram e pregaram que era preciso cada um arrepender-se. Expulsavam muitos demónios, ungiam com óleo numerosos doentes, e curavam-nos» (Mc 6, 12-13). 1507. O Senhor ressuscitado renova esta missão («em Meu nome... hão-de impor as mãos aos doentes, e estes ficarão curados»: Mc 16, 1 7-18) e confirma-a por meio dos sinais que a Igreja realiza invocando o seu nome (114). Estes sinais manifestam de modo especial, que Jesus é verdadeiramente «Deus que salva» (115). 1508. O Espírito Santo confere a alguns o carisma especial de poderem curar (116) para manifestar a força da graça do Ressuscitado. Todavia, nem as orações mais fervorosas obtêm sempre a cura de todas as doenças. Assim, São Paulo deve aprender do Senhor que «a minha graça te basta: pois na fraqueza é que a minha força actua plenamente» (2 Cor 12, 9), e que os sofrimentos a suportar podem ter como sentido que «eu complete na minha carne o que falta à paixão de Cristo, em benefício do seu corpo, que é a Igreja» (Cl 1, 24). 1509. «Curai os enfermos!» (Mt 10, 8). A Igreja recebeu este encargo do Senhor e procura cumpri-lo, tanto pelos cuidados que dispensa aos doentes, como pela oração de intercessão com que os acompanha. Ela "crê na presença vivificante de Cristo, médico das almas e dos corpos, presença que age particularmente através dos sacramentos e de modo muito especial da Eucaristia, pão que dá a vida eterna (117) e cuja ligação com a saúde corporal é insinuada por São Paulo (118). 1510. Entretanto, a Igreja dos Apóstolos conhece um rito próprio em favor dos enfermos, atestado por São Tiago: «Alguém de vós está doente? Chame os presbíteros da Igreja para que orem sobre ele, ungindo-o com óleo em nome do Senhor. A oração da fé salvará o doente e o Senhor o aliviará; e, se tiver cometido pecados, ser-lhe-ão perdoados» (Ts; 5, 14-15). A Tradição reconheceu neste rito um dos sete sacramentos da Igreja (119). UM SACRAMENTO DOS ENFERMOS 1511. A Igreja crê e confessa que, entre os sete sacramentos, há um, especialmente destinado a reconfortar os que se encontram sob a provação da doença: a Unção dos enfermos: «Esta santa unção dos enfermos foi instituída por Cristo nosso Senhor como sacramento do Novo Testamento, verdadeira e propriamente dito, insinuado por São Marcos (120), mas recomendado aos fiéis e promulgado por São Tiago, apóstolo e irmão do Senhor» (121). 1512. Na tradição litúrgica, tanto no Oriente como no Ocidente, temos, desde os tempos antigos, testemunhos de unções de doentes praticadas com óleo benzido. No decorrer dos séculos, a Unção dos enfermos começou a ser conferida cada vez mais exclusivamente aos que estavam prestes a morrer. Por causa disso, fora-lhe dado o nome de «Extrema-Unção». Porém, apesar dessa evolução, a liturgia nunca deixou de pedir ao Senhor pelo doente, para que recuperasse a saúde, se tal fosse conveniente para a sua salvação 1513. A Constituição Apostólica «Sacram Unctionem Infirmorum», de 30 de Novembro de 1972, na sequência do II Concílio do Vaticano (123), estabeleceu que, a partir de então, se observasse o seguinte no rito romano: «O sacramento da Unção dos Enfermos é conferido aos que se encontram enfermos com a vida em perigo, ungindo-os na fronte e nas mãos com óleo de oliveira ou, segundo as circunstância, com outro óleo de origem vegetal, devidamente benzido, proferindo uma só vez, as palavras: "Por esta santa unção e pela sua infinita misericórdia o Senhor venha em teu auxílio com a graça do Espírito Santo, para que, liberto dos teus pecados, Ele te salve e, na sua bondade, alivie os teus sofrimentos"» (124). II. Quem recebe e quem administra este sacramento? EM CASO DE GRAVE ENFERMIDADE... 1514. A Unção dos Enfermos «não é sacramento só dos que estão prestes a morrer. Por isso, o tempo oportuno para a receber é certamente quando o fiel começa, por doença ou por velhice, a estar em perigo de morte» (125). 1515. Se um doente que recebeu a Unção recupera a saúde, pode, em caso de nova enfermidade grave, receber outra vez este sacramento. No decurso da mesma doença, este sacramento pode ser repetido se o mal se agrava. É conveniente receber a Unção dos Enfermos antes duma operação cirúrgica importante. E o mesmo se diga a respeito das pessoas de idade, cuja fragilidade se acentua. «... CHAME OS PRESBÍTEROS DA IGREJA» 1516. Só os sacerdotes (bispos e presbíteros) são ministros da Unção dos Enfermos (126). É dever dos pastores instruir os fiéis acerca dos benefícios deste sacramento. Que os fiéis animem os enfermos chamarem o sacerdote para receberem este sacramento. E que os doentes se preparem para o receber com boas disposições, com a ajuda do seu pastor e de toda a comunidade eclesial, convidada a rodear, de um modo muito especial, os doentes, com as suas orações e atenções fraternas. III. Como se celebra este sacramento? 1517. Como todos os sacramentos, a Unção dos Enfermos é uma celebração litúrgica e comunitária (127) quer tenha lugar no seio da família, quer no hospital ou na igreja, para um só doente ou para um grupo deles. É muito conveniente que seja celebrada durante a Eucaristia, memorial da Páscoa do Senhor. Se as circunstâncias a tal convidarem, a celebração do sacramento pode ser precedida pelo sacramento da Penitência e seguida pelo da Eucaristia. Enquanto sacramento da Páscoa de Cristo, a Eucaristia deveria ser sempre o último sacramento da peregrinação terrestre, o «viático» da «passagem» para a vida eterna. 1518. Palavra e sacramento formam um todo inseparável. A liturgia da Palavra, precedida dum acto penitenciai, abre a celebração. As palavras de Cristo e o testemunho dos Apóstolos despertam a fé do doente e da comunidade, para pedir ao Senhor a força do seu Espírito. 1519. A celebração do sacramento compreende principalmente os seguintes elementos: «Os presbíteros da Igreja» (128) impõem em silêncio - as mãos sobre os enfermos; rezam por eles na fé da Igreja (129); é a epiclese própria deste sacramento; então, conferem a unção com óleo, benzido, se possível, pelo bispo. Estes actos litúrgicos indicam a graça que este sacramento confere aos doentes. IV. Os efeitos da celebração deste sacramento 1520. Um dom particular do Espírito Santo. A primeira graça deste sacramento é uma graça de reconforto, de paz e de coragem para vencer as dificuldades próprias do estado de doença grave ou da fragilidade da velhice. Esta graça é um dom do Espírito Santo, que renova a confiança e a fé em Deus, e dá força contra as tentações do Maligno, especialmente a tentação do desânimo e da angústia da morte (130). Esta assistência do Senhor pela força do seu Espírito visa levar o doente à cura da alma, mas também à do corpo, se tal for a vontade de Deus (131). Além disso, «se ele cometeu pecados, ser-lhe-ão perdoados» (Tg 5, 15) (132). 1521. A união à paixão de Cristo. Pela graça deste sacramento, o enfermo recebe a força e o dom de se unir mais intimamente à paixão de Cristo: ele é, de certo modo, consagrado para produzir frutos pela configuração com a paixão redentora do Salvador. O sofrimento, sequela do pecado original, recebe um sentido novo: transforma-se em participação na obra salvífica de Jesus. 1522. Uma graça eclesial. Os doentes que recebem este sacramento, «associando-se livremente à paixão e morte de Cristo, concorrem para o bem do povo de Deus» (133). Ao celebrar este sacramento, a Igreja, na comunhão dos santos, intercede pelo bem do doente. E o doente, por seu lado, pela graça deste sacramento, contribui para a santificação da Igreja e para o bem de todos os homens, pelos quais a Igreja sofre e se oferece, por Cristo, a Deus Pai. 1523. Uma preparação para a última passagem. Se o sacramento da Unção dos Enfermos é concedido a todos os que sofrem de doenças e enfermidades graves, com mais forte razão o é aos que estão prestes a deixar esta vida («in exitu vitae constituti (134)): de modo que também foi chamado «sacramentum exeuntium – sacramento dos que partem» (135). A Unção dos Enfermos completa a nossa conformação com a morte e ressurreição de Cristo, tal como o Baptismo a tinha começado. Leva à perfeição as unções santas que marcam toda a vida cristã: a do Baptismo selara em nós a vida nova: a da Confirmação robustecera-nos para o combate desta vida; esta última unção mune o fim da nossa vida terrena como que de um sólido escudo em vista das últimas batalhas, antes da entrada na Casa do Pai (136). V. O Viático, último sacramento do cristão 1524. Àqueles que vão deixar esta vida, a Igreja oferece-lhes, além da Unção dos Enfermos, a Eucaristia como viático. Recebida neste momento de passagem para o Pai, a comunhão do corpo ,e sangue de Cristo tem um significado e uma importância particulares. É semente de vida eterna e força de ressurreição, segundo as palavras do Senhor: «Quem come a minha carne e bebe o meu sangue tem a vida eterna: e Eu ressuscitá-lo-ei no último dia» (Jo 6, 54). Sacramento de Cristo morto e ressuscitado, a Eucaristia é aqui sacramento da passagem da morte para a vida, deste mundo para o Pai (137).1525. Assim, do mesmo modo que os sacramentos do Baptismo, da Confirmação e da Eucaristia constituem uma unidade chamada «os sacramentos da iniciação cristã», também pode dizer-se que a Penitência, a Santa Unção e a Eucaristia, como viático, constituem, quando a vida do cristão chega ao seu termo, «os sacramentos que preparam a entrada na Pátria» ou os sacramentos com que termina a peregrinação. Resumindo: 1526. «Algum de vós está doente? Chame os presbíteros da Igreja, para que orem sobre ele, ungindo-o com óleo em nome do Senhor. A oração da fé salvará o doente e o Senhor o aliviará. E, se tiver cometido pecados, ser-lhe-ão perdoados» (Tg 5, 14-15). 1527. 0 sacramento da Unção dos Enfermos tem por finalidade conferir uma graça especial ao cristão que enfrenta as dificuldades inerentes ao estado de doença grave ou de velhice. 1528. 0 tempo oportuno para receber a Santa Unção chegou certamente quando o fiel começa a encontrar-se em perigo de morte, devido a doença ou a velhice. 1529. Todas as vezes que um cristão cai gravemente enfermo, pode receber a Santa Unção; e também quando, mesmo depois de a ter recebido, a doença se agrava. 1530. Só os sacerdotes (presbíteros e bispos) podem ministrar o sacramento da Unção dos Enfermos; para isso, empregarão óleo benzido pelo bispo ou, em caso de necessidade, pelo próprio presbítero celebrante. 1531. 0 essencial da celebração deste sacramento consiste na unção na fronte e nas mãos do doente (no rito romano) ou sobre outras partes do corpo (no Oriente), unção acompanhada da oração litúrgica do sacerdote celebrante que pede a graça especial deste sacramento. 1532. A graça especial do sacramento da Unção dos Enfermos tem como efeitos: – a união do doente à paixão de Cristo, para o seu bem e para o de toda a Igreja;– o conforto, a paz e a coragem para suportar cristãmente os sofrimentos da doença ou da velhice;– o perdão dos pecados, se o doente não pôde obtê-lo pelo sacramento da Penitência;– o restabelecimento da saúde, se tal for conveniente para a salvação espiritual;– a preparação para a passagem para vida eterna. 1. Cf. 2 Cor 5, 1. 2. Cf. Mc, 2, 1-12. 3. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 11 : AAS 57 (1965) 15.4. Cf. Mc 1, 15.5. Cf. Lc 15, 18.6. Ordo Paenitentiae. 46.55 (TypisPolyglottis Vaticanis 1974) p. 27. 37 [Celebração da Penitência, 46.55 (Coimbra. Gráfica de Coimbra — Conferência Episcopal Portuguesa, 1997) p. 47. 65]. 7. Cf. Gl 3, 27. 8. Cf. Concílio de Trento, Sess. 5ª, Decretum de peccato originali, can. 5: DS 1515. 9. Cf.Concílio de Trento, Sess. 6ª, Decretum de iustificatione, c. 16: DS 1545; II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 40: AAS 57 (1965) 44-45. 10. Cf. Act 2, 38. 11. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 8: AAS 57 (1965) 12. 12. Cf. Sl 51, 19. 13. Cf. Jo 6, 44: 12, 32. 14. Cf. 1 Jo 4, 10. 15. Cf. Lc 22, 61-62. 16. Cf. Jo 21, 15-17. 17. Santo Ambrósio, Epistula extra collection 1 [41], 12: CSEL 82/3, 152 (PL 16, 1116).18. Cf. Jl 2, 12-13: Is 1,16-17: Mt 6, 1-8.16-18. 19. Concílio de Trento, Sess. 14ª, Doctrina de sacramento Paenitentiae, c. 4: DS 1676-1678; Id. Sess, 14ª, Canones de Paenitentiae, can. 5: DS1705: CatRom. 2, 5, 4, p. 289. 20. Cf. Ez, 36, 26-27. 21. Cf. Jo 19, 37: Zc 12, 10. 22. São Clemente de Roma, Epistula ad Corinthios 7, 4: SC 167, 110 (Funk 1, 108). 23. Cf. Jo 16, 8-9.24. Cf. Jo 15, 26. 25. Cf. Act 2, 36-38: João Paulo II, Enc. Dominum et vivificantem, 27-48: AAS 78 (1986) 837-868. 26. Cf. Tb 12, 8; Mt 6, 1-8. 27. Cf. Tg 5, 20. 28. Cf. Am 5, 24; Is 1, 17. 29. Cf. Lc 9, 23. 30. Cf. Concílio de Trento, Sess. 13ª, Decretum de ss. Eucharitia, c. 2: DS 1638. 31. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. Sacrosanctum Concilium, 109-110: AAS 56 (1964) 127; CIC can. 1249-1253: CCEO can. 880-883. 32. Cf. Lc 15, 11-24. 33. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 11: AAS 57 (1965) 15.34. Cf. Mc 2, 7.35. Cf. Lc 7, 48.36. Cf. Jo 20, 21-23.37. Cf. Lc 15. 38. Cf. Lc 19, 9.39. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 22: AAS 57 (1965) 26. 40. Concílio de Trento, Sess. 6ª, Decretum de iustificatione, c. 14: DS 1542; cf. Tertuliano, De Paenitentia 4, 2: CCL 1, 326 (PL 1, 1343). 41. Cf. Ordo Paenitentiae, 46.55 (Typis Polyglottis Vaticanis 1974) p. 27.37 [Celebração da Penitência,. 46.55 (Coimbra- Gráfica de Coimbra - Conferência Episcopal Portuguesa, 1997) p. 47.65]. 42. CatRom 2, 5, 21, p. 299: cf. Concílio de Trento, Sess.14ª, Doctrina de sacramento Paenitentiae, c. 3: DS 1673. 43. Concílio de Trento, Sess. 14ª, Doctrina de sacramento Paenitentiae, c. 4: DS 1676. 44. Cf. Concílio de Trento, Sess. 14ª, Doctrina de sacramento Paenitentiae, c. 4: DS 1677. 45. Cf. Concílio de Trento, Sess. 14ª. Doctrina de sacramento Paenitentiae, c. 4: DS 1678: ID., Sess. 14ª, Canones de sacramento Paenitentiae, can. 5: DS 1705. 46. Cf. Rm 12-15: Cor 12-13: Gl 5: Ef 4-6.47. Cf. Ex 20, 17; Mt 5, 28. 48. Concílio de Trento, Sess. 14ª, Doctrina de sacramento Paenitentiae, c. 5: DS 1680. 49. Concílio de Trento, Sess. 14ª, Doctrina de sacramento Paenitentiae, c. 5: DS 1680; São Jerónimo, Commentarius in Ecclesiasten, 10, 11: CCL 72, 338 (PL 23, 1096). 50. CIC can. 989: cf. Concílio de Trento, Sess. 14ª, Doctrina de sacramento Paenitentiae, c. 5: DS 1683 ID., Sess. 14°, Canones de sacramento Paenitentiae, can. 8: DS 1708. 51. Cf. Concílio de Trento, Sess. 13ª, Decretum de ss. Eucharistia, c. 7: DS 1647: Ibid., can. 11: DS 1661. 52. Cf. CIC can. 916; CCEO can. 711. 53. Cf. CIC can. 914. 54. Cf. Concílio de Trento, Sess. 14ª, Doctrina de sacramento Paenitentiae, c. 5: DS 1680; CIC can. 988. § 2. 55. Cf. Lc 6, 36. 56. Santo Agostinho, In Iohannis evangelium tractatus, 12, 13: CCL 36, 128 (PL 35, 1491). 57. Cf. Concílio de Trento, 14ª, Doctrina de sacramento Paenitentiae, can. 12: DS 1712. 58. Cf. Rm 3, 25: 1 Jo 2, 1-2. 59. Cf. Concílio de Trento, 14ª, Doctrina de sacramento Paenitentiae, c. 8: DS 1690. 60. Cf. Fl 4, 13. 61. Cf. Lc 3, 8. 62. Concílio de Trento, 14ª, Doctrina de sacramento Paenitentiae, c. 8: DS 169163. Cf. Jo 20, 23: 2 Cor 5, 18. 64. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 26: AAS 57 (1965) 32. 65. Cf. CIC can. 844. 967-969: CCEO can. 722. §§ 3-4. 66. Cf. CIC can. 1331: CCEO can. 1431.1434. 67. Cf. CIC can. 1354-1357: CCEO can. 1420. 68. Cf. CIC can. 976: em relação à absolvição dos pecados, CCEO can. 725. 69. Cf. CIC can. 986: CCEO can. 735: II Concílio do Vaticano, Decr. Presbyterorum ordinis, 13: AAS 58 (1966) 1012. 70. II Concílio do Vaticano, Decr. Presbyterorum ordinis, 13: AAS 58 (1966) 1012. 71. Cf. CIC can. 983-984. 1388. § 1: CCEC can. 1456. 72. «Poenitentiae itaque omnis in eo vis est, ut nos in Dei gratiam restituat, cum Eoque summa amicitia coniungat»: CatRom 2, 5, 18, p. 297. 73. Concílio de Trento, 14ª, Doctrina de sacramento Paenitentiae, c. 3: DS 1674. 74. Cf. Lc 15, 32. 75. Cf. 1 Cor 12, 26.76. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 48-50: AAS 57 (1965) 53-57. 77. João Paulo II, Ex. ap. Reconciliatio et paenitentia 31, § V: AAS 77 (1985) 265. 78. Cf. 1 Cor 5, 11: Gl 5, 19-21; Ap 22, 15. 79. Paulo VI, Const. ap. Indulgentiarum doctrina, Normae. I: AAS 59 (1967) 21. 80. Paulo VI, Const. ap. Indulgentiarum doctrina, Normae. 2: AAS 59 (1967) 21.81. CIC can. 994.82. Cf. Concílio de Trento, Sess. 14ª, Canones de sacramento Paenitentiae. can. 12-13: DS 1712-1713; Id., Sess. 25ª, Decretum de purgatorio: DS 1820. 83. Cf. Ef 4, 24. 84. Paulo VI, Const. ap. Indulgentiarum doctrina, 5: AAS 59 (1967) 11. 85. Paulo VI, Const. ap. Indulgentiarum doctrina, 5: AAS 59 (1967) 12. 86. Paulo VI, Const. ap. Indulgentiarum doctrina, 5: AAS 59 (1967) 11. 87. Paulo VI, Const. ap. Indulgentiarum doctrina, 5: AAS 59 (1967) 11-12. 88. Cf. Paulo VI, Const. ap. Indulgentiarum doctrina, 8: AAS 59 (1967) 16-17; Concílio de Trento, Sess. 25ª, Decretum de Indulgentiis: DS 1835. 89. Euchológion tò méga (Atenas 1992) p. 222. 90. Cf. II Concílio do Vaticano, Sacrosanctum concilium, 26-27 AAS 56 (1964) 107. 91. Cf. CIC can. 962. § 1. 92. Cf. CIC can. 962. § 2. 93. Cf. CIC can. 962. § 1, 2. 94. Ordo Paenitentiae, Praenotanda 31 (Typis Polyglottis Vaticanis1974) p. 21 [Celebração da Penitência, 31 (Coimbra, Gráfica de Coimbra - Conferência Episcopal Portuguesa.1997) p. 29]. 95. Cf. Mc 2, 17.96. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 11: AAS 57 (1965) 15. 97. Cf. Sl 38. 98. Cf. Sl 6, 3: Is 38. 99. Cf. Sl 38, 5: 39, 9.12. 100. Cf. Sl 32, 5: 107. 20; Mc 2, 5-12. 101. Cf. Is 53, 11. 102. Cf. Is 33, 24. 103. Cf. Mt 4, 24. 104. Cf. Lc 7, 16. 105. Cf. Mc 2, 5-12. 106. Cf. Mc 2, 17. 107. Cf. Mc 5, 34.36: 9. 23. 108. Cf. Mc 7. 32-36; 8, 22-25. 109. Cf. Jo 9, 6-15. 110. Cf. Mc 3, 10: 6. 56.111. Cf. Is 53, 4. 112. Cf. Is 53, 4-6. 113. Cf. Mt 10, 38. 114. Cf. Act 9, 34: 14, 3.115. Cf. Mt 1, 21: Act 4, 12. 116. Cf. 1 Cor 12, 9. 28. 30. 117. Cf. Jo 6, 54.58. 118. Cf. 1 Cor 11, 30. 119. Cf. Santo Inocêncio, Epistula Si instituta ecclesiastica: DS 216; Concílio de Florença, Decretum pro Armenis: DS 1324-1325: Concílio de Trento, Sess. 14ª, Doctrina de sacramento extremae Unctionis, c. 1-2: DS 1695-1696; Id., Sess. 14ª, canones de extrema Unctione, can. 1-2: DS 1716-1717. 120. Cf. Mc 6, 13. 121. Concílio de Trento, Sess. 14ª, Doctrina de sacramento extremae Unctionis, c. 1: DS 1695; Cf. Tg 5, 14-15. 122. Concílio de Trento, Sess. 14ª, Doctrina de sacramento extremae Unctionis, Sess. 14ª, c. 2: DS 1696. 123. Cf. II Concílio do Vaticano, Sacrosanctum concilium, 73: AAS 56 (1964) 118-119. 124. Paulo VI. Const. ap. Sacram Unctionem infirmorum: AAS 65 (1973) 8. Cf.CIC 847, § 1. 125. II Concílio do Vaticano, Sacrosanctum concilium, 73: AAS 56 (1964) 118-119: cf. CIC can. 1004. § I. 1005.1007: CCEO can. 738. 126. Cf. Concílio de Trento, Sess. 14ª. Doctrina de sacramento extremae Unctionis, c. 3: DS 1697: Id., Sess. 14ª, Canones de extrema Unctione, can. 4: DS 1719. 127. II Concílio do Vaticano, Sacrosanctum concilium, 27: AAS 56 (1964) 107. 128. Cf. Tg 5, 14. 129. Cf. Tg 5, 15. 130. Cf. Heb 2, 15. 131. Concílio de Florença, Decretum pro Armenis: DS 1325 132. Cf. Concílio de Trento, Sess. 14ª, canones de extrema Unctione, can. 2: DS 1717. 133. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 11: AAS 57 (1965) 15. 134. Concílio de Trento, Sess. 14ª, Doctrina de sacramento extremae Unctionis, c. 3: DS 1698. 135. Ibid. 136. Cf. Concílio de Trento, Sess. 14ª, Doctrina de sacramento extremae Unctionis, Prooemium: DS 1694.137. Cf. Jo 13, 1. SUMÁRIO O SACRAMENTO DA PENITÊNCIA “Se alguém pecou, temos junto do Pai um Advogado, Jesus Cristo, o Justo. Ele é a propiciação pelos nossos pecados, e não só pelos nossos, mas também pelos pecados do mundo inteiro” (I Jo II, 1ss). (fontes: Catecismo de São Pio X e Catecismo Romano) DOUTRINA CATÓLICA I. Introdução O Sacramento da Penitência é também chamado de Confissão e foi instituído por Jesus Cristo para perdoar os pecados cometidos depois do Batismo. Foi instituído por Cristo no dia da sua Ressurreição quando, depois de entrar no cenáculo, deu solenemente aos seus Apóstolos o poder de perdoar os pecados: “Soprou sobre eles dizendo: ‘Recebei o Espírito Santo. Àqueles a quem perdoardes os pecados, ser-lhes-ão perdoados; àqueles a quem os retiverdes, ser-lhes-ão retidos’” (Jo XX, 22-23). A este sacramento dá-se o nome de Penitência porque para obter o perdão dos pecados é necessário detestá-los com arrependimento e porque quem cometeu uma falta deve sujeitar-se à pena imposta pelo sacerdote. Chama-se também Confissão porque além de detestar os pecados é necessário confessá-los, isto é, acusar-se deles ao sacerdote. Nosso Senhor instituiu o Sacramento da Penitência “para que tivéssemos a confiança de serem perdoados os nossos pecados, pela absolvição do sacerdote; para que nossas consciências ficassem mais tranqüilas, por causa da fé que justamente devemos ter na eficácia dos Sacramentos. Pois quando o sacerdote nos perdoa os pecados, na forma sacramental, suas palavras têm o mesmo sentido que as palavras de Cristo Nosso Senhor ao paralítico: ‘tem confiança, filho, teus pecados te são perdoados’ (Mt IX, 2). Depois, como ninguém pode conseguir a salvação senão por Cristo, e na virtude de Sua Paixão, havia conveniência em si e muita utilidade para nós, que fosse instituído um Sacramento, por cuja eficácia corresse sobre nós o Sangue de Cristo, a fim de nos purificar dos pecados cometidos depois do Batismo; e assim reconhecemos que devemos unicamente a Nosso Salvador a graça da reconciliação” (Catecismo Romano). A Penitência é sacramento próprio e verdadeiro pois tira todos os pecados cometidos depois do Batismo. Além disso, os atos exteriores, tanto do penitente como do sacerdote, são os sinais sensíveis daquilo que se opera interiormente na alma: o pecador professa claramente, por palavras e ações, que seu coração já se apartou da torpeza do pecado; no sacerdote, em suas palavras e ações, reconhecemos a misericórdia de Deus, que perdoa esses mesmos pecados: Àqueles a quem perdoardes os pecados, ser-lhes-ão perdoados; àqueles a quem os retiverdes, ser-lhes-ão retidos’ (Jo XX, 23).A absolvição enunciada pelas palavras do sacerdote exprime a remissão dos pecados, que se opera dentro da alma. “A virtude de apagar os pecados lhe é tão própria, que sem a Penitência não podemos absolutamente alcançar, nem sequer esperar uma remissão de pecados. Pois está escrito: ‘Se não fizerdes penitência, todos vós perecereis da mesma maneira’ (Lc XIII, 3)” (Catecismo Romano). II. Matéria - remota: constituída pelos pecados cometidos pelo penitente depois do Batismo; - próxima: constituída pelos próprios atos do penitente – contrição, confissão (acusação) e satisfação; III. Forma As palavras: “eu te absolvo dos teus pecados em nome do pai e do Filho e do Espírito Santo”. IV. Ministro É o sacerdote aprovado pelo Bispo para ouvir confissões, pois para administrar validamente este Sacramento, não basta o poder da Ordem, mas também é necessário o poder de jurisdição, isto é, a faculdade de julgar, que deve ser dada pelo Bispo. V. Partes da Penitência “A penitência impele o pecador a suportar tudo de boa vontade. Em seu coração está o arrependimento; em sua boca, a acusação; em suas obras, plena humildade e proveitosa satisfação” (São João Crisóstomo). - por parte do pecador: contrição, confissão e satisfação; - por parte do sacerdote: absolvição; “Como razão de ser dessas três partes da Penitência, podemos alegar que os pecados contra Deus são precisamente cometidos por pensamentos, palavras e obras. Havia, pois, justiça e conveniência que, para nos sujeitarmos às chaves da Igreja, procurássemos aplacar a cólera de Deus, e conseguir d’Ele o perdão dos pecados, pelos mesmo meios, com que havíamos ultrajado a santíssima Majestade Divina” (Catecismo Romano). 1. Contrição A palavra “contrição” significa fratura ou despedaçamento, como quando uma pedra é esmagada e reduzida a pó. Trata-se de um desgosto da alma, pelo qual se detesta os pecados cometidos e se propõe não os tornar a cometer no futuro. Dá-se o nome de contrição à dor dos pecados para significar que o coração duro do pecador se despedaça pela dor de ter ofendido a Deus. 2. Confissão Trata-se da acusação distinta dos nossos pecados ao confessor, para dele recebermos a absolvição e a penitência. Chama-se também acusação porque não deve ser apenas uma narração indiferente, mas uma verdadeira e dolorosa manifestação dos próprios pecados. 3. Satisfação Trata-se da oração ou outra boa obra, que o confessor impõe ao pecador em expiação dos seus pecados. 4. Absolvição Trata-se da sentença que o sacerdote pronuncia em nome de Jesus Cristo, para perdoar os pecados ao pecador. Das partes da Penitência, a mais necessária é a contrição porque sem ela nunca se pode obter o perdão dos pecados, e com ela somente, quando é perfeita, pode-se obter o perdão, contanto que esteja unida com o desejo, ao menos implícito, de confessar-se. VI. Efeitos da Penitência - confere a graça santificante, com a qual são perdoados os pecados mortais e também os veniais que se confessaram e de que haja arrependimento; - comuta a pena eterna em temporal, da qual também é perdoada uma parte maior ou menor, conforme as disposições do penitente; - faz reviver o merecimento das boas obras feitas antes de se cometer o pecado mortal; - dá à alma auxílios oportunos para não recair no pecado e restitui a paz à consciência; O sacramento da Penitência é necessário para se salvarem a todos aqueles que, depois do Batismo, cometeram algum pecado mortal. Este sacramento tem virtude de perdoar todos os pecados, por muitos e grandes que sejam, contanto que se receba com as devidas disposições. A Penitência é um sacramento que pode ser reiterado. Quando Pedro perguntou se podia dar o perdão de um pecado até sete vezes, Nosso Senhor lhe respondeu: “Eu não te digo até sete vezes, mas até setenta vezes sete” (Mt XVIII, 22). A confissão freqüente é coisa ótima, porque além, de apagar os pecados este sacramento dá as graças necessárias para evitá-los no futuro. Para se fazer uma confissão bem feita se requer cinco coisas: - exame de consciência; - dor de ter ofendido a Deus; - propósito de nunca mais pecar; - acusação dos próprios pecados; - satisfação ou penitência; Para bem nos confessarmos devemos, antes de tudo, pedir ao Senhor que nos dê luz para conhecer todos os nossos pecados e força para os detestar. VII. Exame de consciência Trata-se de uma diligente investigação dos pecados que se cometeram, desde a última confissão bem feita. É feito trazendo à memória, na presença de Deus, todos os pecados ainda não confessados, cometidos por pensamentos, palavras, obras e omissões contra os Mandamentos de Deus e da Igreja, e contra as obrigações do próprio estado. Devemos examinar-nos também sobre os maus hábitos, sobre as ocasiões de pecado e sobre o número dos pecados mortais. Para que um pecado seja mortal são necessárias três coisas: - matéria grave: quando se trata de uma coisa notavelmente contrária à Lei de Deus e da Igreja; - plena advertência: quando se conhece perfeitamente que se faz um mal grave; - consentimento perfeito da vontade: quando se quer fazer deliberadamente uma coisa, embora se reconheça que é culpável; Deve-se empregar no exame de consciência mais ou menos tempo de acordo com a necessidade, isto é, conforme o número e a qualidade dos pecados que sobrecarregam a consciência e conforme o tempo decorrido desde a última confissão bem feita. Facilita-se o exame para a confissão fazendo-se todas as noites o exame de consciência sobre as ações do dia. VIII. Dor ou arrependimento Trata-se de um desgosto e de uma detestação sincera da ofensa feita a Deus. Pode ser de duas espécies: perfeita ou de contrição; imperfeita ou de atrição. contrição: é o desgosto de ter ofendido a Deus porque Deus é infinitamente bom e digno, por Si mesmo, de ser amado sobre todas as coisas; é chamada perfeita porque se refere exclusivamente à bondade de Deus, e não ao nosso proveito ou prejuízo, e porque nos faz alcançar imediatamente o perdão dos pecados, ficando-nos porém a obrigação de nos confessarmos; A dor perfeita não nos alcança o perdão dos pecados independentemente da confissão porque sempre inclui a vontade de se confessar. Ela produz o estado de graça porque procede da caridade, a qual não pode encontrar-se na alma juntamente com o pecado mortal. atrição: é o desgosto de ter ofendido a Deus como nosso supremo Juiz, isto é, por temor dos castigos que merecemos e nos esperam nesta ou na outra vida, ou pela própria fealdade do pecado; A dor, para ser boa, deve ter quatro condições: deve ser interna, sobrenatural, suma e universal. 1. Interna: deve estar no coração e na vontade e não só nas palavras, pois a vontade, que se afastou de Deus com o pecado, deve voltar para Deus, detestando o pecado cometido; 2. Sobrenatural: deve ser excitada em nós pela graça do Senhor, e a devemos conceber levados por motivos que procedem da Fé (como se arrepender por ter ofendido a Deus infinitamente bom e digno por Si mesmo de ser amado, por ter perdido o Céu e merecido o inferno, ou ainda pela malícia intrínseca do pecado) e não somente por motivos humanos (como se arrepender dos pecados apenas por alguma desonra ou castigo que lhe vem dos homens ou por um motivo puramente temporal); deve ser sobrenatural porque o fim a que se dirige - o perdão de Deus, a aquisição da graça santificante e o direito à glória eterna – é essencialmente sobrenatural; 3. Suma: devemos considerar e odiar o pecado como o maior de todos os males, já que é ofensa a Deus, sumo Bem; não é necessário que materialmente se chore pela dor dos pecados, bastando que no íntimo do coração se deplore mais o ter ofendido a Deus do que qualquer outra desgraça; 4. Universal: deve se estender a todos os pecados mortais cometidos porque quem não se arrepende, ainda que seja de um só pecado mortal, continua sendo inimigo de Deus; Para termos verdadeira dor dos nossos pecados devemos pedi-la a Deus e excitá-la em nós com a consideração do grande mal que fizemos ao pecar. Devemos considerar: o rigor da infinita justiça de Deus e a deformidade do pecado que enfeiou a alma e nos torna merecedores das penas eternas do inferno; que perdemos a graça, a amizade e qualidade de filhos de Deus, e a herança do Paraíso; que ofendemos o nosso Redentor que morreu por nós, e que os nossos pecados foram a causa da sua morte; que desprezamos o nosso Criador, o nosso Deus; que Lhe voltamos as costas, a Ele, nosso Sumo Bem, digno de ser amado sobre todas as coisas e servido fielmente; Quando vamos nos confessar devemos ter muito empenho em ter verdadeira dor dos nossos pecados, porque esta é a coisa mais importante de todas e, se falta a dor, a confissão não é válida. Quem se confessar só de pecados veniais, para se confessar validamente, basta que se arrependa de algum deles; mas, para alcançar o perdão de todos, é necessário que se arrependa de todos os que reconhece ter cometido. Para tornar mais segura a confissão só de pecados veniais, é prudente acusar, com verdadeira dor, também algum pecado mais grave da vida passada, ainda que já confessado outras vezes. Coisa muito útil é ainda fazer com freqüência o ato de contrição, principalmente antes de se deitar. IX. Propósito Trata-se de uma vontade determinada de nunca mais cometer o pecado, e de empregar todos os meios necessários para o evitar. Esta resolução deve ter três condições: deve ser absoluta, universal e eficaz. - absoluto: deve ser sem condição alguma de tempo, de lugar ou de pessoa; - universal: devemos ter a vontade de evitar todos os pecados mortais, tanto os que já tenhamos cometido no passado como os que poderíamos cometer ainda; - eficaz: devemos ter uma vontade decidida de perder todas as coisas antes que cometer um novo pecado, de fugir das ocasiões perigosas de pecar, de destruir os maus hábitos, e de satisfazer a todas as obrigações lícitas contraídas em conseqüências dos nossos pecados; Por mau hábito se entende a disposição adquirida para cair com facilidade naqueles pecados aos quais nos acostumamos. Para corrigi-los devemos vigiar sobre nós mesmos, rezar muito, confessar-nos com freqüência, ter um bom diretor espiritual e seguir suas orientações. Por ocasiões perigosas de pecar se entendem todas aquelas circunstâncias de tempo, de lugar, de pessoas ou de coisas, que, pela sua própria natureza ou pela nossa fragilidade, nos induzem a cometer o pecado. Somos gravemente obrigados a evitar as ocasiões perigosas que de ordinário nos levam a cometer o pecado mortal, e que se chamam ocasiões próximas de pecado. Para se fazer o propósito nos ajudam as mesmas considerações que servem para excitar a dor (consideração dos motivos que temos para temer a justiça de Deus e para amar a sua infinita bondade). X. Acusação dos pecados ao confessor “Quando alguém confessa, sinceramente, seus pecados ao sacerdote, estando arrependido de os haver cometido, tendo ao mesmo tempo o propósito de não tornar a cometê-los, todos os seus pecados lhe são plenamente perdoados, em virtude do poder das chaves, ainda que a dor de sua contrição, de per si, não seja suficiente para impetrar a remissão dos pecados” (Catecismo Romano). Depois de feito o exame de consciência, com a dor e o propósito, devemos ir ao confessor para acusar os pecados e receber a absolvição. Somos obrigados a confessar-nos de todos os pecados mortais. É bom, porém, confessar também os veniais. As qualidades principais que deve ter a acusação dos pecados são cinco: - humilde: devemos acusar diante do confessor sem altivez de ânimo ou de palavras, mas com sentimentos de um réu que reconhece a sua culpa e comparece diante do juiz; - íntegra: devemos confessar, com as suas circunstâncias e seu número, todos os pecados mortais cometidos desde a última confissão bem feita, e dos quais se tem consciência; - sincera: devemos declarar os pecados como eles são, sem os desculpar, sem os diminuir e sem os aumentar; - prudente: devemos servir-nos dos termos mais modestos e devemos guardar-nos de descobrir os pecados alheios; - breve: não devemos falar de coisas inúteis ao confessor; Para que a acusação seja íntegra devemos acusar as circunstâncias que mudam a espécie do pecado. As circunstâncias que mudam a espécie de pecado são: aquelas pelas quais uma ação pecaminosa de venial se torna mortal; aquelas pelas quais uma ação pecaminosa contém a malícia de dois ou mais pecados mortais; Quem, para se desculpar, dissesse uma mentira do qual resultasse dano grave para o próximo, deveria manifestar esta circunstância, que muda a mentira, de oficiosa em gravemente nociva. Quem tivesse roubado uma coisa sagrada, deveria acusar esta circunstância, que acrescenta ao furto a malícia do sacrilégio. Quem não tiver a certeza de ter cometido um pecado, não é obrigado a confessá-lo. Se, porém o quiser acusar, deverá acrescentar que não tem a certeza de o ter cometido. Quem não se lembra exatamente do número dos seus pecados, deve acusar o número aproximado. Quem deixou de confessar por esquecimento um pecado mortal ou uma circunstância necessária, fez uma boa confissão, contanto que tenha empregado a devida diligência no exame de consciência. Se um pecado mortal esquecido na confissão volta depois à lembrança somos obrigados a acusá-lo na primeira vez que de novo nos confessarmos. Quem, por vergonha ou por qualquer outro motivo culpável, cala voluntariamente algum pecado mortal na confissão, profana o Sacramento e por isso torna-se réu de gravíssimo sacrilégio. Quem ocultou culpavelmente algum pecado mortal na confissão, deve expor ao confessor o pecado ocultado, dizer em quantas confissões o ocultou e repetir todas as confissões desde a última bem feita. Quem se vir tentado a calar um pecado grave na confissão deve considerar: que não teve vergonha de pecar na presença de Deus, que vê tudo; que é melhor manifestar os próprios pecados ao confessor em segredo do que viver inquieto no pecado, ter uma morte infeliz e ser por isso envergonhado no dia do Juízo universal, em face do mundo inteiro; que o confessor é obrigado ao sigilo sacramental, sob pecado gravíssimo, e com a ameaça de severíssimas penas temporais e eternas; A Igreja manda que os fiéis devem confessar seus pecados ao menos uma vez cada ano. XI. Modo de se confessar Posição do penitente: “Quem está, pois, arrependido de seus pecados, prostra-se humildemente aos pés do sacerdote, para que esse ato exterior de humildade lhe faça reconhecer como é necessário arrancar da alma todas as raízes de orgulho, donde nasceram e vingaram todos os pecados que agora lamenta” (Catecismo Romano). Posição do sacerdote: “No sacerdote, que se conserva sentado, como seu legítimo juiz, venera ele a pessoa e o poder de Cristo Nosso Senhor. Pois na administração da Penitência, como nos demais Sacramentos, o sacerdote exerce o ministério de Cristo” (Catecismo Romano). 1. colocar-se de joelhos aos pés do confessor e dizer: “abençoai-me, Padre, porque pequei”; 2. enquanto o confessor dá a bênção deve-se inclinar humildemente para recebê-la, fazendo o sinal da Cruz; 3. depois de feito o sinal da cruz, deve-se dizer: “confessei-me em tal tempo; por graça de Deus recebi a absolvição, cumpri a penitência, e fui à Comunhão”; em seguida faz-se a acusação dos pecados; 4. terminada a acusação dos pecados deve-se dizer: “acuso-me ainda de todos os pecados da vida passada, especialmente contra tal ou tal virtude”; 5. depois desta acusação deve-se dizer: “de todos estes pecados e de todos aqueles de que não me lembro, peço perdão a Deus de todo o meu coração; e a vós, Padre, peço a penitência e a absolvição”; 6. concluída a acusação dos pecados, deve-se ouvir com respeito o que disser o confessor, aceitar a penitência com sincera vontade de cumpri-la e enquanto ele dá a absolvição, renovar o ato de contrição; 7. depois de receber a absolvição, é preciso agradecer a Nosso Senhor, cumprir quanto antes a penitência e pôr em pratica os avisos do confessor; XII. Absolvição Os confessores devem dar a absolvição somente àqueles que julgam bem dispostos a recebê-la. Ele não só podem mas devem diferir ou negar a absolvição em certos casos, para não profanar o Sacramento. Os penitentes que se devem considerar mal dispostos são principalmente: - aqueles que não sabem os mistérios principais da fé, ou não se importam de aprender a doutrina cristã; - aqueles que são gravemente negligentes em fazer o exame de consciência ou não dão sinais de dor e arrependimento; - aqueles que não perdoam de coração aos seus inimigos; - aqueles que não querem empregar os meios para se corrigir dos seus maus hábitos; - aqueles que não querem fugir das ocasiões próximas de pecado; “Assim como uma moléstia é tida como incurável, se a pessoa atacada sente horror ao remédio, que lhe pode restituir a saúde: assim há também certa espécie de pecados, para os quais não se dá nenhum perdão, porque levam a repelir o remédio próprio da salvação, que é a graça de Deus” (Catecismo Romano). XIII. Satisfação ou penitência “Todo pecado acarreta consigo duas conseqüências: culpa e castigo. Ainda que, pela extinção da culpa, seja também perdoado o suplício da morte eterna no inferno, todavia, como declarou o Concílio de Trento, Nosso Senhor nem sempre perdoa os remanescentes dos pecados e a pena temporal que lhes é devida” (Catecismo Romano). Natã assegurou a Davi: “O Senhor também te perdoou o pecado, e não morrerás” (II Sm XII, 13). Mesmo assim, Davi submeteu-se, voluntariamente, às mais duras penitências, e implorava dia e noite a misericórdia divina; “Lavai-me sempre mais de minha iniqüidade, e purificai-me do meu pecado; porquanto reconheço a minha iniqüidade, e meu pecado está continuamente diante dos meus olhos” (Sl L, 4-5). “Por estas palavras, ele pedia ao Senhor que lhe perdoasse não só a culpa, mas também o castigo merecido pela culpa, que, depois de o purificar dos resquícios do pecado, lhe restituísse a antiga formosura e integridade da alma. Não obstante o fervor de suas preces, foi punido por Nosso Senhor com a morte do filho que tivera do adultério, com a revolta e a morte de Absalão, a quem amava com particular carinho; com outros castigos e flagelos, que já antes lhe haviam sido cominados” (Catecismo Romano). A Satisfação são os atos do penitente, com os quais ele dá uma certa reparação à justiça divina pelos pecados cometidos pondo em prática aquelas obras que o confessor lhe impõe. O penitente é obrigado a aceitar a penitência que o confessor lhe impõe, se a pode cumprir; e se não a pode, deve dizê-lo humildemente ao mesmo confessor, pedindo-lhe outra. Se o confessor não marcou tempo, a penitência deve cumprir-se o quanto antes, e deve fazer-se a diligência por cumpri-la em estado de graça. Ela deve ser cumprida na sua integridade e com devoção. A penitência é imposta porque de ordinário depois da absolvição sacramental que perdoa a culpa e a pena eterna resta uma pena temporal a pagar neste mundo ou no Purgatório. Nosso Senhor quis perdoar no Sacramento do Batismo toda a pena devida aos pecados e não faz assim no Sacramento da Penitência, porque os pecados depois do Batismo são muito mais graves, visto serem cometidos com maior conhecimento e ingratidão aos benefícios de Deus, e também para que a obrigação de satisfazer por eles sirva de freio para não se recair no pecado. “Em sua razão de ser, a justiça divina parece exigir que Deus tenha uma maneira para reabilitar aqueles que, antes do Batismo, pecaram por ignorância; e outra diferente, para aqueles que não temeram profanar, advertidamente, o templo de Deus e contristar o Espírito Santo, uma vez que haviam sido libertados da escravidão do pecado e do demônio, e que haviam recebido o dom do Espírito Santo. Corresponde também à bondade divina que os pecados não nos sejam assim perdoados, sem nenhuma satisfação, para evitar que, na primeira ocasião, tenhamos os pecados por muito leves, e, com atrevida afronta ao Espírito Santo, caiamos em outros mais graves, cumulando ira sobre nós para o dia da ira. Sem dúvida alguma, estas penas satisfatórias são de grande eficácia para apartar do pecado; reprimem à semelhança de freios, e tornam os penitentes mais precavidos e vigilantes para o futuro ” (Concílio de Trento). Somente com nossas forças não podemos dar satisfação a Deus, mas nós o podemos unindo-nos a Jesus Cristo, que, com os merecimentos da sua Paixão e morte, dá valor às nossas ações. De ordinário, a penitência que dá o confessor não é bastante para pagar a pena devida pelos pecados. Por isso deve-se fazer a diligência para suprir com outras penitências voluntárias. Os atingidos pelos nossos pecados se reduzem a três: Deus, o próximo e nós mesmos. As obras de penitência reduzem-se a três espécies: oração, jejum e esmola. Pela oração aplacamos a Deus; pela esmola, damos satisfação ao próximo; pelo jejum, infligimos castigo a nós mesmos. - oração: toda espécie de exercícios de piedade; - jejum: toda espécie de mortificação; - esmola: toda e qualquer obra de misericórdia espiritual e corporal; A penitência que nos dá o confessor é mais meritória que a que fazemos por nossa escolha, porque, sendo parte do Sacramento, recebe maior virtude dos merecimentos da Paixão de Cristo. Aqueles que morrem depois de ter recebido a absolvição sem terem satisfeito plenamente à justiça de Deus vão para o Purgatório, para ali satisfazerem à justiça de Deus e se purificarem inteiramente. As almas do Purgatório podem ser aliviadas com orações, com esmolas, com todas as demais boas obras e com as indulgências, mas sobretudo com o Santo Sacrifício da Missa. Depois da confissão, além de cumprir a penitência, se danificou injustamente o próximo nos bens ou na honra, ou se lhe deu escândalo, o penitente deve, o mais breve e na medida em que for possível, restituir-lhe os bens, reparar-lhe a honra e remediar o escândalo. Reparamos o escândalo fazendo cessar a ocasião dele e edificando com as palavras e com o bom exemplo aqueles que tenhamos escandalizado. Satisfazemos o próximo quando o tivermos ofendido pedindo-lhe perdão ou dando-lhe alguma outra reparação conveniente. XIV. Frutos da boa confissão - perdoa-nos os pecados cometidos e dá-nos a graça de Deus; - restitui-nos a paz e o sossego de consciência; - reabre-nos as portas do Céu, e comuta a pena eterna em pena temporal; - preserva-nos das recaídas, e torna-nos capazes de ganhar indulgências; XV. Indulgências Trata-se da remissão da pena temporal devida pelos pecados já perdoados quanto à culpa, remissão que a Igreja concede fora do Sacramento da Penitência. Tal poder a Igreja recebeu de Jesus Cristo. A Igreja perdoa a pena temporal aplicando-nos as satisfações superabundantes de Jesus Cristo, da Santíssima Virgem Maria e dos Santos, as quais formam o que se chama de tesouro da Igreja. O poder de conceder indulgências pertence ao Papa em toda a Igreja, e ao Bispo, na sua diocese, na medida em que lhe é concedido pelo Papa. Há duas espécies de indulgências: - plenária: perdoa toda a pena temporal devida pelos nossos pecados; se alguém morresse depois de ter recebido esta indulgência, iria logo para o Céu, inteiramente isento das penas do Purgatório; - parcial: perdoa só uma parte da pena temporal, devida pelos nossos pecados; A intenção da Igreja ao conceder as indulgências é auxiliar a nossa incapacidade de expiar neste mundo toda a pena temporal, fazendo-nos conseguir por meio de obras de piedade e de caridade cristã aquilo que nos primeiros séculos Ela obtinha com o rigor dos cânones penitenciais. Para se ganhar as indulgências se requerem as seguintes condições: - estado de graça, pelo menos ao cumprir a última obra, e o desapego mesmo das culpas veniais cuja a pena se quer apagar; - o cumprimento das obras que a Igreja prescreve para se ganhar a indulgência; - a intenção de ganhá-las; As indulgências podem ser aplicadas também às almas do Purgatório quando quem as concede declara que se lhes podem aplicar. LEITURA ESPIRITUAL Onde quer que estejas, e para qualquer lado que te voltes, miserável serás, se não te convertes a Deus. Em tudo pondera o fim, e de que modo te apresentarás ante o rigoroso Juiz, a quem nada é oculto, que não se deixa aplacar com dádivas, nem admite desculpas, mas julgará segundo a justiça. Insensato e mísero pecador, que responderás a Deus que conhece os teus crimes, tu que tremes diante do vulto de um homem irado? Por que não te acautelas para o dia do juízo quando ninguém poderá ser escusado ou defendido por nenhum outro? Agora o teu trabalho é frutuoso, as tuas lágrimas são bem acolhidas, os teus gemidos são ouvidos, a tua dor é expiatória e meritória. Aqui tem grande e salutar purgatório o homem paciente que, recebendo injúrias, mas se dói da maldade de quem lhe ofende, do que da própria ofensa; que de boa vontade ora pelos seus inimigos, perdoando no íntimo do coração os agravos; que não tarda em pedir a outros perdão; que mais facilmente se deixa levar á misericórdia do que à ira; que faz violência a si mesmo, esforçando-se por submeter a carne ao espírito. Melhor é purgar agora os pecados e extirpar os vícios, que deixá-los para serem extirpados na outra vida. Por certo nós mesmos nos enganamos pelo amos desordenado que temos à carne. Que outra coisa devorará aquele fogo, senão os teus pecados? Quanto mais te poupas agora e segues os apetites da carne, tanto mais severamente serás depois atormentado, fazendo maior reserva de combustível para te queimar. No que mais tiveres pecado, nisso mais severamente serás castigado. Ali os preguiçosos serão incitados por aguilhões ardentes, e os gulosos serão atormentados com sede e extrema fome. Ali os impudicos e voluptuosos serão imersos em abrasado pez e fétido enxofre, e os invejosos uivarão como cães furiosos. Não haverá nenhum vício que não tenha ali seu particular tormento. Os soberbos serão acabrunhados de toda a sorte de confusão e os avarentos reduzidos á misérrima penúria. Uma hora de suplício ali será mais insuportável que cem anos da mais rigorosa penitência aqui. Ali não há sossego nem consolação alguma para os condenados, enquanto aqui, às vezes, cessam os trabalhos e somos aliviados por amigos. Tem agora cuidado e dor dos teus pecados, para que, no dia do juízo, estejas seguro com os bem-aventurados. Porque então estarão os justos com grande confiança diante dos que os angustiaram e perseguiram. Então se levantará para julgar aquele que agora se sujeita humildemente ao juízo dos homens. Então terá muita confiança o pobre e humilde; não assim o soberbo que de todos os lados estremecerá de pavor. Então se verá como fora sábio neste mundo, quem aprendera a ser menosprezado e tido por louco, por amor de Jesus Cristo. Então dará prazer toda tribulação, sofrida com paciência, e a iniqüidade será reduzida ao silêncio. Os que foram dados à piedade, se encherão de alegria, e os irreligiosos, de tristeza. A carne então mais se regozijará de ter sido mortificada, do que se fora sempre nutrida em delícias. Então resplandecerá a roupa vil e a vestimenta preciosa obumbrar-se-á. Então será mais exaltada a simples obediência do que toda a astúcia do século. Então se alegrará mais a pura e boa consciência do que a filosofia dos sábios. Então se estimará mais o desprezo das riquezas, do que todos os tesouros dos ricos da terra. Então te consolarás mais de haver orado com devoção, do que haver comido com regalo. Então te aproveitarão mais as boas obras, do que as muitas e lindas palavras. Mais agradará então a vida austera e a rigorosa penitência, do que todas as delícias terrenas. Aprende agora a sofrer um pouco, para que possas livrar-te de coisas mais penosas. Experimenta, primeiramente aqui, o que poderás no outro mundo. Se agora tão pouco querer padecer, como poderás suportar tormentos eternos? Se agora o menor incômodo te torna tão impaciente, que fará então o inferno? Sem dúvida, não podes Ter duas venturas: deleitar-te aqui no mundo, e depois reinar com Jesus no céu. Se até hoje sempre tivesses vivido em honras e deleites, que te aproveitaria, se agora mesmo tivesses de morrer? Vaidade tudo, pois, o que não for amar e servir somente a Deus. De certo os que amam de coração a Deus não temem a morte, nem o suplício, nem o juízo, nem o inferno, porque o perfeito amor tem segura entrada com Deus. Mas quem se deleita ainda em pecar, não admira que tema a morte e o juízo. Todavia, se não te desvias do mal pelo amor, convém ao menos que o faças pelo temor do inferno. Porém, aquele que despreza o temor de Deus, não poderá perseverar no bem, antes cairá muito depressa nos laços do demônio. Que pode dar-te o mundo sem Jesus? Estar sem Jesus é terrível inferno; estar com Jesus é doce Paraíso. Estando Jesus contigo, nenhum inimigo te poderá ofender. Quem acha a Jesus, acha um grande tesouro, ou antes um bem superior a outro qualquer. Quem o perde, priva-se de muito mais do que de um mundo inteiro. Viver sem Jesus é reduzir-se à extrema pobreza: estar bem omo Jesus é tornar-se sumamente rico. Preferível é, pois, ter todo o mundo por inimigo que ofender a Jesus. Confessarei, pois, contra mim mesmo a minha iniquidade, confessar-Vos-ei, Senhor, a minha fraqueza. Vede, Senhor, a minha fragilidade e abatimento que melhor conheceis que eu mesmo. Compadecei-Vos de mim e tirai-me dessa lama, para que não fique atolado e submerso. Ó fortíssimo Deus de Israel, zelador das almas fiéis, dignai-Vos olhar para os trabalhos e dores do vosso servo e assisti-lo em tudo. Robustecei-me de força celestial, para que não me vença e domine esta carne miserável, ainda rebelde ao espírito e contra a qual convém combater, enquanto vivemos neste desgraçado mundo. (Imitação de Cristo I, 22, 24; II, 8; III, 20) OS SETE SALMOS PENITENCIAIS Salmo VI Senhor, em vossa cólera não me repreendais, em vosso furor não me castigueis. Tende piedade de mim, Senhor, porque desfaleço; sarai-me, pois sinto abalados os meus ossos. Minha alma está muito perturbada; vós, porém, Senhor, até quando?... Voltai, Senhor, livrai minha alma; salvai-me, pela vossa bondade. Porque no seio da morte não há quem de vós se lembre; quem vos glorificará na habitação dos mortos? Eu me esgoto gemendo; todas as noites banho de pranto minha cama, com lágrimas inundo o meu leito. De amargura meus olhos se turvam, esmorecem por causa dos que me oprimem. Apartai-vos de mim, vós todos que praticais o mal, porque o Senhor atendeu às minhas lágrimas. O Senhor escutou a minha oração, o Senhor acolheu a minha súplica. Que todos os meus inimigos sejam envergonhados e aterrados; recuem imediatamente, cobertos de confusão! Glória ao Pai e ao Filho e ao Espírito Santo. Como era no princípio, agora e sempre. Amém. Salmo XXXI Feliz aquele cuja iniqüidade foi perdoada, cujo pecado foi absolvido. Feliz o homem a quem o Senhor não argúi de falta, e em cujo coração não há dolo. Enquanto me conservei calado, mirraram-se-me os ossos, entre contínuos gemidos. Pois, dia e noite, vossa mão pesava sobre mim; esgotavam-se-me as forças como nos ardores do verão. Então eu vos confessei o meu pecado, e não mais dissimulei a minha culpa. Disse: Sim, vou confessar ao Senhor a minha iniqüidade. E vós perdoastes a pena do meu pecado. Assim também todo fiel recorrerá a vós, no momento da necessidade. Quando transbordarem muitas águas, elas não chegarão até ele. Vós sois meu asilo, das angústias me preservareis e me envolvereis na alegria de minha salvação. Vou te ensinar, dizeis, vou te mostrar o caminho que deves seguir; vou te instruir, fitando em ti os meus olhos: não queiras ser sem inteligência como o cavalo, como o muar, que só ao freio e à rédea submetem seus ímpetos; de outro modo não se chegam a ti. São muitos os sofrimentos do ímpio. Mas quem espera no Senhor, sua misericórdia o envolve. Ó justos, alegrai-vos e regozijai-vos no Senhor. Exultai todos vós, retos de coração. Glória ao Pai e ao Filho e ao Espírito Santo. Como era no princípio, agora e sempre. Amém. Salmo XXXVII Senhor, em vossa cólera não me repreendais, em vosso furor não me castigueis, porque as vossas flechas me atingiram, e desceu sobre mim a vossa mão. Vossa cólera nada poupou em minha carne, por causa de meu pecado nada há de intacto nos meus ossos. Porque minhas culpas se elevaram acima de minha cabeça, como pesado fardo me oprimem em demasia. São fétidas e purulentas as chagas que a minha loucura me causou. Estou abatido, extremamente recurvado, todo o dia ando cheio de tristeza. Inteiramente inflamados os meus rins; não há parte sã em minha carne. Ao extremo enfraquecido e alquebrado, agitado o coração, lanço gritos lancinantes. Senhor, diante de vós estão todos os meus desejos, e meu gemido não vos é oculto. Palpita-me o coração, abandonam-me as forças, e me falta a própria luz dos olhos. Amigos e companheiros fogem de minha chaga, e meus parentes permanecem longe. Os que odeiam a minha vida, armam-me ciladas; os que me procuram perder, ameaçam-me de morte; não cessam de planejar traições. Eu, porém, sou como um surdo: não ouço; sou como um mudo que não abre os lábios. Fiz-me como um homem que não ouve, e que não tem na boca réplicas a dar. Porque é em vós, Senhor, que eu espero; vós me atendereis, Senhor, ó meu Deus. Eis meu desejo: Não se alegrem com minha perda; não se ensoberbeçam contra mim, quando meu pé resvala; pois estou prestes a cair, e minha dor é permanente. Sim, minha culpa eu a confesso, meu pecado me atormenta. Entretanto, são vigorosos e fortes os meus inimigos, e muitos os que me odeiam sem razão. Retribuem-me o mal pelo bem, hostilizam-me porque quero fazer o bem. Não me abandoneis, Senhor. Ó meu Deus, não fiqueis longe de mim. Depressa, vinde em meu auxílio, Senhor, minha salvação! Glória ao Pai e ao Filho e ao Espírito Santo. Como era no princípio, agora e sempre. Amém. Salmo L Tende piedade de mim, Senhor, segundo a vossa bondade. E conforme a imensidade de vossa misericórdia, apagai a minha iniqüidade. Lavai-me totalmente de minha falta, e purificai-me de meu pecado. Eu reconheço a minha iniqüidade, diante de mim está sempre o meu pecado. Só contra vós pequei, o que é mau fiz diante de vós. Vossa sentença assim se manifesta justa, e reto o vosso julgamento. Eis que nasci na culpa, minha mãe concebeu-me no pecado. Não obstante, amais a sinceridade de coração. Infundi-me, pois, a sabedoria no mais íntimo de mim. Aspergi-me com um ramo de hissope e ficarei puro. Lavai-me e me tornarei mais branco do que a neve. Fazei-me ouvir uma palavra de gozo e de alegria, para que exultem os ossos que triturastes. Dos meus pecados desviai os olhos, e minhas culpas todas apagai. Ó meu Deus, criai em mim um coração puro, e renovai-me o espírito de firmeza. De vossa face não me rejeiteis, e nem me priveis de vosso santo Espírito. Restituí-me a alegria da salvação, e sustentai-me com uma vontade generosa. Então aos maus ensinarei vossos caminhos, e voltarão a vós os pecadores. Deus, ó Deus, meu salvador, livrai-me da pena desse sangue derramado, e a vossa misericórdia a minha língua exaltará. Senhor, abri meus lábios, a fim de que minha boca anuncie vossos louvores. Vós não vos aplacais com sacrifícios rituais; e se eu vos ofertasse um sacrifício, não o aceitaríeis. Meu sacrifício, ó Senhor, é um espírito contrito, um coração arrependido e humilhado, ó Deus, que não haveis de desprezar. Senhor, pela vossa bondade, tratai Sião com benevolência, reconstruí os muros de Jerusalém. Então aceitareis os sacrifícios prescritos, as oferendas e os holocaustos; e sobre vosso altar vítimas vos serão oferecidas. Glória ao Pai e ao Filho e ao Espírito Santo. Como era no princípio, agora e sempre. Amém. Salmo CI Prece de um aflito que desabafa sua angústia diante do Senhor. Senhor, ouvi a minha oração, e chegue até vós o meu clamor. Não oculteis de mim a vossa face no dia de minha angústia. Inclinai para mim o vosso ouvido. Quando vos invocar, acudi-me prontamente, porque meus dias se dissipam como a fumaça, e como um tição consomem-se os meus ossos. Queimando como erva, meu coração murcha, até me esqueço de comer meu pão. A violência de meus gemidos faz com que se me peguem à pele os ossos. Assemelho-me ao pelicano do deserto, sou como a coruja nas ruínas. Perdi o sono e gemo, como pássaro solitário no telhado. Insultam-me continuamente os inimigos, em seu furor me atiram imprecações. Como cinza do mesmo modo que pão, lágrimas se misturam à minha bebida, devido à vossa cólera indignada, pois me tomastes para me lançar ao longe. Os meus dias se esvaecem como a sombra da noite e me vou murchando como a relva. Vós, porém, Senhor, sois eterno, e vosso nome subsiste em todas as gerações. Levantai-vos, pois, e sede propício a Sião; é tempo de compadecer-vos dela, chegou a hora... porque vossos servos têm amor aos seus escombros e se condoem de suas ruínas. E as nações pagãs reverenciarão o vosso nome, Senhor, e os reis da terra prestarão homenagens à vossa glória. Quando o Senhor tiver reconstruído Sião, e aparecido em sua glória, quando ele aceitar a oração dos desvalidos e não mais rejeitar as suas súplicas, escrevam-se estes fatos para a geração futura, e louve o Senhor o povo que há de vir, porque o Senhor olhou do alto de seu santuário, do céu ele contemplou a terra; para escutar os gemidos dos cativos, para livrar da morte os condenados; para que seja aclamado em Sião o nome do Senhor, e em Jerusalém o seu louvor, no dia em que se hão de reunir os povos, e os reinos para servir o Senhor. Deus esgotou-me as forças no meio do caminho, abreviou-me os dias. Meu Deus, peço, não me leveis no meio da minha vida, vós cujos anos são eternos. No começo criastes a terra, e o céu é obra de vossas mãos. Um e outro passarão, enquanto vós ficareis. Tudo se acaba pelo uso como um traje. Como uma veste, vós os substituís e eles hão de sumir. Mas vós permaneceis o mesmo e vossos anos não têm fim. Os filhos de vossos servos habitarão seguros, e sua posteridade se perpetuará diante de vós. Glória ao Pai e ao Filho e ao Espírito Santo. Como era no princípio, agora e sempre. Amém. Salmo CXXIX Do fundo do abismo, clamo a vós, Senhor; Senhor, ouvi minha oração. Que vossos ouvidos estejam atentos à voz de minha súplica. Se tiverdes em conta nossos pecados, Senhor, Senhor, quem poderá subsistir diante de vós? Mas em vós se encontra o perdão dos pecados, para que, reverentes, vos sirvamos. Ponho a minha esperança no Senhor. Minha alma tem confiança em sua palavra. Minha alma espera pelo Senhor, mais ansiosa do que os vigias pela manhã. Mais do que os vigias que aguardam a manhã, espere Israel pelo Senhor, porque junto ao Senhor se acha a misericórdia; encontra-se nele copiosa redenção. E ele mesmo há de remir Israel de todas as suas iniqüidades. Glória ao Pai e ao Filho e ao Espírito Santo. Como era no princípio, agora e sempre. Amém. Salmo CXLII Senhor, ouvi a minha oração; pela vossa fidelidade, escutai a minha súplica, atendei-me em nome de vossa justiça. Não entreis em juízo com o vosso servo, porque ninguém que viva é justo diante de vós. O inimigo trama contra a minha vida, ele me prostrou por terra; relegou-me para as trevas com os mortos. Desfalece-me o espírito dentro de mim, gela-me no peito o coração. Lembro-me dos dias de outrora, penso em tudo aquilo que fizestes, reflito nas obras de vossas mãos. Estendo para vós os braços; minha alma, como terra árida, tem sede de vós. Apressai-vos em me atender, Senhor, pois estou a ponto de desfalecer. Não me oculteis a vossa face, para que não me torne como os que descem à sepultura. Fazei-me sentir, logo, vossa bondade, porque ponho em vós a minha confiança. Mostrai-me o caminho que devo seguir, porque é para vós que se eleva a minha alma. Livrai-me, Senhor, de meus inimigos, porque é em vós que ponho a minha esperança. Ensinai-me a fazer vossa vontade, pois sois o meu Deus. Que vosso Espírito de bondade me conduza pelo caminho reto. Por amor de vosso nome, Senhor, conservai-me a vida; em nome de vossa clemência, livrai minha alma de suas angústias. Pela vossa bondade, destruí meus inimigos e exterminai todos os que me oprimem, pois sou vosso servo. Glória ao Pai e ao Filho e ao Espírito Santo. Como era no princípio, agora e sempre. Amém. ORAÇÕES PARA ANTES DA CONFISSÃO A Deus Pai Meu Deus e meu Pai, eis-me aqui de joelhos na vossa divina presença. Com os Santos e Anjos eu Vos adoro e agradeço por vosso infinito amor, pois Vós me amastes desde toda a eternidade. Mas eu tenho sido ingrato, pecando contra o céu e diante de vós. Meus pecados falam contra mim, deixando-me sem paz e sem consolação. Ó Pai de misericórdia, tende piedade de mim, já que me chamastes por vossa divina graça. Volto a Vós, meu Pai, não me desprezeis; restituí-me o vosso amor e o amparo precioso da vossa divina graça. Senhor Deus, misericórdia! A Deus Filho Ó Jesus, meu Divino Salvador, humildemente Vos adoro. Vós me remistes pelo vosso precioso Sangue, mas eu Vos tenho ofendido. Dulcíssimo Jesus, não sejais para mim Juiz, mas Salvador! Venho confessar-me ao vosso ministro, como ordenastes. Dai-me a graça de acusar, humilde e sinceramente, os meus pecados, para que ele conheça e cure, em vosso nome, as feridas da minha alma. Meu Jesus, misericórdia! Perdoai-me pelos méritos do vosso sagrado Sangue que derramastes por mim. A Deus Espírito Santo Espírito Santo, com todos os Anjos Vos adoro. Dignai-vos lançar em meu coração um raio de vossa luz celeste. Vinde ajudar-me nesta hora com o auxílio da vossa divina graça. Esclarecei o meu entendimento, para que eu bem conheça os meus pecados. Tocai o meu coração, a fim de eu detestar as minhas culpas. Purificai os meus lábios, para que possa confessá-las todas e merecer o perdão. Vinde, Espírito Santo, santificai a minha alma, vinde e transformai o meu coração para o bem. À Santíssima Trindade Ó Santíssima Trindade, um só Deus em três Pessoas! Adorado, bendito e santificado seja o vosso Nome! Tende piedade de mim, pecador, porque me criastes para Vós. Livrai-me de todos os meus pecados, e dai-me o vosso amor. A Maria Santíssima Ó Maria Santíssima, augusta Mãe de Deus e minha Mãe querida, já que tão bondosa vos mostrais com os pobres pecadores que deveras desejam converter-se, favorecei-me neste momento. Vós sois, depois de Jesus, a minha mais firme esperança. Ó Maria, refúgio dos pecadores, Mãe da divina graça, rogai por mim. Doce coração de Maria, sede minha salvação. Amen. Aos Santos e Anjos São José, meu Santo Anjo da Guarda, Santos e Anjos, rogai por mim, para que eu faça uma boa confissão e alcance a graça de emendar seriamente a minha vida. Amen. ATO DE CONTRIÇÃO E BOM PROPÓSITO Ato de Contrição Senhor meu Jesus Cristo, Deus e homem verdadeiro, Criador e Redentor meu, por serdes Vós quem sois, sumamente bom e dignode ser amado sobre todas as coisas, e porque vos amo e estimo, pesa-me, Senhor, de todo o meu coração de vos Ter ofendido; pesa-me também de ter perdido o

céu e merecido o inferno; e proponho firmemente, ajudado com os auxílios de vossa divina graça, emendar-me e nunca mais vos tornar a ofender. Espero alcançar o perdão de minhas culpas pela vossa infinita misericórdia. Amen. A Deus Pai Meu Deus e Pai, reconheço o triste estado de minha alma. Que grande mal tenho feito em vossa divina presença? Pequei, Senhor, pequei muitas vezes; já não tenho paz, porque os meus pecados falam contra mim. Meu Pai celestial, quanto fui ingrato! Já não sou digno de ser chamado vosso filho. Vós sabeis tudo, penetrais o fundo do meu culpado coração. Sois santo, tendes ódio infinito aos pecados. Oh! Quanto me tornei abominável aos vossos olhos por minha culpa, minha culpa, minha tão grande culpa! Onde estaria eu agora se tivesse morrido em pecado? No fogo do purgatório, ou talvez nas chamas terríveis do inferno. Que grande mal deve ser o pecado mortal, que castigado é no fogo eterno pela vossa divina justiça! Senhor Deus, misericórdia! Pesa-me profundamente de Vos haver ofendido. Tende piedade de mim! Vós sois meu Pai cheio de bondade e amor. Desde toda a eternidade me amastes, destes-me a vida, a graça do santo Batismo, as vestes preciosas da inocência; até agora me tendes cumulado de graças e benefícios, quereis dar-me ainda o que há de mais santo e precioso no céu e na terra: o Corpo e Sangue de vosso Filho Unigênito, Jesus Cristo, na Comunhão. Ó meu Pai, quão imenso é vosso amor para comigo! Mas eu Vos tenho ofendido gravemente. Pesa-me no íntimo de minha alma de ter sido tão ingrato. Perdoai-me, meu Deus, pelo amor de Jesus Cristo e pelo amor de Maria, sua Mãe Santíssima. A Jesus Cristo Meu bom Jesus, eis-me aos vossos pés. Como tem sido grande a minha maldade e ingratidão! Considero com muita dor de minha alma as vossas chagas tão profundas, vendo correr o vosso sagrado Sangue. Ó Jesus, vejo-Vos nos mais doloroso desamparo morrendo na Cruz, depois de uma tormentosa agonia de três horas. Ah! Foi por mim, foi por meus pecados que o próprio Filho de Deus sofreu a morte cruel e dolorosa. Meu Jesus, pesa-me de Vos ter ofendido, tende piedade de mim! Meu divino Salvador, Vós que amastes com infinito amor, por mim derramastes todo o Sangue de vosso Coração; mas eu Vos desprezei, Vos ofendi gravemente, e não uma vez senão muitas vezes. Meu Jesus, peço-Vos humildemente perdão das minhas culpas pelo vosso precioso Sangue, pela vossa sagrada Paixão e morte e pelas lágrimas e dores de vossa Mãe Maria Santíssima. De hoje em diante não quero mais pecar, antes morrer, meu Jesus, do que ainda ofender-Vos. Aborreço e detesto de todo o coração e de toda a alma todo e qualquer pecado. Abomino este mal infinito, que separa os homens de Vós, Senhor, por toda a eternidade, arrastando-os cruelmente ao inferno. Ó Jesus, abençoai este meu bom propósito; daí-me a vossa graça e as forças necessárias para me emendar verdadeiramente e para vencer as tentações. Doce Coração de meu Jesus, fazei que eu Vos ame cada vez mais. Ao Espírito Santo Espírito Santo, pesa-me de ter recusado a vossa graça e o vosso amor. Vou confessar as minhas culpas com toda a dor de minha alma. Vinde, meu Deus, ajudar-me; dai-me ânimo e confiança, para que eu confesse sinceramente todos os meus pecados. Daí também vossa luz e graça ao sacerdote, vosso ministro, a fim de que ele, em nome de Jesus, perdoe as minhas culpas e cure as feridas de minha alma. A Maria Santíssima e aos Santos e Anjos Ó Maria, minha Mãe, rogai por mim nesta hora bendita; mostrai agora que sois minha Mãe. Doce Coração de Maria, sede minha salvação pela vossa poderosa intercessão. Santos e Anjos, rogai por mim. ORAÇÕES PARA DEPOIS DA CONFISSÃO Ação de Graças Como Vos manifestarei minha gratidão, meu Deus e meu Pai, pela bondade, pelo amor, pela misericórdia que agora tivestes comigo! Destes-me, pelos merecimentos de Jesus Cristo, a absolvição dos meus pecados pela boca do vosso ministro. É verdade, meu Deus, Vós não quereis a morte do pecador, mas que ele se converta e viva. Ó minha alma, alegra-te no Senhor, glorifica ao teu Deus, dá graças sem cessar ao teu Salvador! Cântico de Ação de Graças (Salmo CII) Louva, minha alma, ao Senhor, e todas as minhas faculdades engrandeçam seu santo nome. Bendize, minha alma, ao Senhor, e não te esqueças de nenhum de seus benefícios. Pois Ele é que perdoou todas as tuas iniqüidades e que te curou de todas as tuas enfermidades. Ele é que resgatou tua vida da perdição, e que te coroou com benignidade em sua misericórdia. Ele é que satisfez teus desejos, enchendo-te de novo de seus bens, renovando a tua juventude. O Senhor é misericordioso e faz justiça a todos os que padecem injúria. O Senhor é cheio de misericórdia e ternura, longânime e muito compassivo. Não fica para sempre irado, sem usa sempre de ameaças. Não me tratou como mereciam os meus pecados, nem me castigou segundo a grandeza de minhas iniqüidades. Porque, quanto estão altos os céus sobre a terra, tanto prevalece sua misericórdia sobre os que o temem. Como um pai se compadece ternamente de seus filhos, assim o Senhor se compadece dos que o temem. Os dias do homem passam como a erva; como a flor do campo, assim desflorescе, mas a misericórdia do Senhor dura de eternidade em eternidade sobre os que o temem; como também sua justiça, sobre os que guardam os seus mandamentos. O Senhor firmou o seu trono nos céus e o seu reino se estende sobre todas as criaturas. Louvai ao Senhor vós todos que sois seus Anjos, vós, Espírito poderosos que executais as suas ordens e obedeceis ao aceno de sua palavra. Louvai ao Senhor vós todos que compondes os seus exércitos; que sois seus ministros, que cumpris suas vontades. Louvai ao Senhor todas as suas obras em todo lugar de sua dominação. E também tu, minha alma, louva ao Senhor! Glória ao Pai e ao Filho e ao Espírito Santo como era no princípio, agora e sempre. Amen. Renovação do bom propósito Deus de bondade e misericórdia, o mais brando e mais amoroso de todos os pais, aceitar benigno as ações de graças que Vos oferece um pecador que, pela vossa infinita misericórdia, se tornou vosso filho. Eu vos amo, meu Senhor e meu Deus, e meu coração abrasa-se no vosso amor; por isto torno a tomar a firmíssima resolução de evitar, aborrecer e detestar o pecado, para sempre, por amor de Vós. Seja a maior consolação e felicidade de minha vida a de cumprir fielmente os vossos santos mandamentos. Quero reparar as minhas faltas e os meus pecados pela oração, pela mortificação dos sentidos e pelo santo zelo e fervor no vosso serviço. Senhor, Vós sabeis todas as coisas, sabeis também que agora Vos amo; sabeis que é sincero o meu bom propósito de amar-Vos até o fim. Mas, ó meu Jesus, sou frágil e inconstante. Vós mesmo dissestes no Horto das Oliveiras: “o espírito está pronto mas a carne é fraca”. Portanto Vos peço humildemente, com santa confiança, ajudai-me com a vossa divina graça, e fortalecei-me no combate contra as tentações. Meu amabilíssimo Jesus, encerrai-me em vosso divino Coração, para que nem o mundo, nem o inferno, nem divertimentos, nem tribulações, nem a mesma morte me possam separar de Vós. Dai-me a graça da perseverança, para que possa glorificar com os Santos e Anjos a vossa infinita misericórdia por toda a eternidade. Amen. Dulcíssimo Coração de Jesus, sede o meu amor! Jesus, vinde a mim e ficai comigo; fazei que eu Vos ame cada vez mais, resistindo às tentações e sofrendo tudo com paciência por vosso amor. Reza agora, se for possível, a penitência, imposta pelo confessor. Oração a Maria Santíssima Santíssima Virgem Maria, Rainha do céu, tenho tido a desgraça de cair em pecado, mas arrependido recebi perdão no santo Sacramento da Penitência. Venho humildemente a Vós, ó minha Mãe Santíssima, para Vos agradecer, de todo o meu coração, por me haverdes ajudado e alcançado de Jesus o perdão das culpas. De novo me consagro ao vosso serviço. Lembrai-vos, ó minha doce Mãe, de que tornei a ser vosso filho; tendo compaixão de mim e recebei-me de novo debaixo da vossa maternal proteção. Em vós ponho, depois de Jesus, toda a minha confiança, e espero que não me abandonareis, como mereço. Pois, ainda estou exposto ao perigo de tornar a ofender ao vosso divino Filho e meu Senhor Jesus Cristo, a quem quero amar até o último suspiro. Os meus inimigos não dormem, as tentações me hão de perseguir de novo por toda a parte. Protegei-me, Rainha gloriosa do céu; defendei-me, ó minha Mãe Maria; socorrei-me contra os ataques do inferno, ó Virgem Imaculada! Não, não terei a desgraça de perder a minha alma e ao meu Deus, pois é esta a graça que vos peço, ó Maria e que espero alcançar por vossa piedosa intercessão. Amen. Ó Maria, concebida sem pecado, rogai por nós que recorremos a Vós. São José, meu Santo Anjo da Guarda, Anjos e Santos, rogai por mim. Amen. Lembra-te em casa dos bons conselhos do confessor e prepara o teu coração para a Sagrada Comunhão. EXAME DE CONSCIÊNCIA 1) Contra os Mandamentos de Deus 1º Mandamento - Amar a Deus sobre todas as coisas - Creio firmemente tudo o que Deus revelou ou duvidei voluntariamente de algum doutrina da Igreja Católica? - Descuidei o conhecimento da minha fé, tal como o Catecismo a ensina, tal como o Credo dos Apóstolos, os Dez Mandamentos, os Sete Sacramentos, o Pai Nosso, etc? - Alguma vez li, com consciência do que fazia, alguma literatura herética, blasfema ou anti-católica? - Assinei, publiquei, propaguei, emprestei livros, folhetos, revistas ou jornais hostis á Deus e à santa religião? - Sou membro de alguma organização religiosa não católica, de alguma sociedade secreta ou de um grupo anti-católico? - Dei ouvido a conversas ou discursos ímpios ou heréticos? - Tomei parte num ato de culto não católico (sessão espírita, ao culto protestante, ao candomblé, etc.)? - Abandonei a única Igreja verdadeira que é a Católica para abraçar uma seita falsa? - Tenho confiança em Deus, na Divina Providência e na divina graça? - Pratiquei alguma superstição (tal como horóscopos, adivinhação, espiritismo, etc.)? - Desesperei ou fui presunçoso esperando a salvação sem deixar o pecado? - Cometi pecados com o intuito de confessá-los mais tarde? - Amei a Deus e cumpri bem a sua santa vontade? - Não tenho posto Deus sempre em primeiro lugar na minha vida e procurado amá-l’O sobre todas as coisas? - Falei mal contra Deus, contra sua Mãe, Maria Santíssima, contra os Santos, contra a Igreja e seus ministros? - Abusei os Sacramentos de alguma maneira? - Recebi indignamente algum sacramento? - Deixei de rezar por muito tempo? - Tenho rezado fielmente as minhas orações diárias? - Rezei sem devoção, com distrações voluntárias? - Omiti algum dever ou prática religiosa por respeitos humanos? Recomendo-me a Deus diariamente? - Fui culpado de grande irreverência na igreja, como, por exemplo, em conversas, comportamento ou modo como estava vestido? - Fui indiferente quanto à minha Fé Católica — acreditando que uma pessoa pode salvar-se em qualquer religião, ou que todas as religiões são iguais? - Dei demasiada importância a alguma criatura, atividade, objeto ou opinião? 2º Mandamento - Não tomar seu santo nome em vão - Profanei o SS. Sacramento, pessoas, lugares, coisas consagrados a Deus? - Blasfemei ou disse palavras injuriosas contra Deus, contra os Santos ou contra as coisas santas? - Jurei pelo nome de Deus falsamente, impensadamente, ou em assuntos triviais e sem importância? - Jurei o seu santo nome sem necessidade? - Jurei voto e não o cumpri? - Pronunciei levianamente o nome de Deus ou falsamene? - Deixei de cumprir uma promessa feita a Deus? - Tenho o hábito de dizer palavrões? - Jurei, sabendo que era falso o que afirmava? - Jurei fazer algo injusto ou ilícito? Não reparei os prejuízos que daí advieram? - Amaldiçoei-me a mim próprio, ou a outra pessoa ou criatura? - Provoquei alguém à ira, para o fazer praguejar ou blasfemar a Deus? 3º Mandamento - Guardar domingos e festas - Faltei voluntariamente à Missa num Domingo ou festa de guarda? - Perdi uma parte principal (ofertório, elevação, comunhão)? - Cheguei atrasado à Missa nos Domingos e Dias Santos de guarda, ou saí mais cedo por minha culpa? - Fiz com que outras pessoas faltassem à Missa nos Domingos e Dias Santos de guarda, ou saíssem mais cedo, ou chegassem atrasados à Missa? - Estive distraído propositadamente durante a Missa? - Profanei a igreja por conversas, olhares indiscretos, namoros, por traje indecente? - Fiz ou mandei fazer trabalho servil desnecessário num Domingo ou Festa de guarda? - Comprei ou vendi coisas sem necessidade nos Domingos e Dias Santos de guarda? 4º Mandamento - Honrar pai e mãe - Desobedeci aos meus pais, faltei-lhes ao respeito, descuidei-me em ajudá-los nas suas necessidades? - Desrespeitei os pais ou superiores falando-lhes asperamente ou respondendo-lhes mal? - Murmurei contra eles? - Recusei-lhes a obediência? - Obedeci de má vontade? - Descuidei-me dos pais na velhice, na pobreza ou na doença (sustento, últimos sacramentos, remédios)? - Desejei-lhes mal? - Deixei de rezar por eles? - Mostrei irreverência em relação a pessoas em posições de autoridade? - Insultei ou disse mal de sacerdotes ou de outras pessoas consagradas a Deus? - Não me preocupei com aqueles que vivem e trabalham comigo? - Dei mau exemplo a meus filhos ou subordinados, não cumprindo os meus deveres religiosos e civis? - Tive menos reverência para com pessoas de idade? - Tratei mal a minha esposa ou os meus filhos? - Foi desobediente ao meu marido, ou faltei-lhe ao respeito? - Sobre os filhos: - Descuidei as suas necessidades materiais? -Protelei por meses ou até anos o Batismo de meus filhos, a primeira comunhão? - Descuidei-me da educação física, intelectual e principalmente da educação religiosa dos meus filhos? - Não os mandei à Missa nos domingos, ao catecismo? - Permiti que eles descuidassem os seus deveres religiosos? - Consenti que se encontrassem ou namorassem sem haver hipótese de se celebrar o matrimônio num futuro próximo? (Santo Afonso propõe um ano, no máximo). - Controlei suas leituras, seus divertimentos? - Deixei de vigiar as companhias com quem andam? - Deixei de os disciplinar quando necessitassem de tal? - Castiguei-os com ira? - Dei-lhes mau exemplo? - Escandalizei-os, discutindo com o meu cônjuge em frente deles? - Escandalizei-os ao dizer imprecações e obscenidades à sua frente? - Guardei modéstia na minha casa? - Permiti-lhes que usassem roupa imodesta (mini-saias; calças justas, vestidos ou camisolas justos; blusas transparentes; calções muito curtos; fatos de banho reveladores; etc.)? - Neguei-lhes a liberdade de casar ou seguir uma vocação religiosa? 5º Mandamento - Não matar - Procurei, desejei ou apressei a morte ou o ferimento de alguém? - Tive ódio ao próximo? Desejei-lhe mal? - Procurei vingar-me? - Discuti ou lutei com alguém sem justiça? - Desejei mal a alguém? - Quis ferir ou maltratar alguém, ou tentei fazê-lo? - Recuso-me a falar com alguém, ou guardo ressentimento de alguém? - Regozijei-me com a desgraça alheia? - Tive ciúmes ou inveja de alguém? - Fiz ou tentei fazer um aborto, ou aconselhei alguém a que o fizesse? - Mutilei o meu corpo desnecessariamente de alguma maneira (tatuagens, piercings, etc) ? - Consenti em pensamentos de suicídio, desejei suicidar-me ou tentar suicidar-me? - Prejudiquei minha saúde por excesso em comida e bebida? - Embriaguei-me ou usei drogas ilícitas? - Comi demais, ou não como o suficiente por motivo fútil? - Deixei de corrigir alguém dentro das normas da caridade? - Causei dano à alma de alguém, especialmente crianças, dando escândalo através de mau exemplo? - Fiz mal à minha alma, expondo-a intencionalmente e sem necessidade a tentações, como maus programas de TV, música reprovável, praias, etc.? - Não tive caridade para com os pobres, doentes e necessitados? - Seduzi outra pessoa ao pecado ou dei escândalo? - Não avisei o meu próximo sobre certos perigos materiais e espirituais em que incorria? - Roguei pragas? - Provoquei a inimizade entre outras pessoas? - Maltratei os animais sem necessidade? 6º e 9º Mandamentos - Não pecar contra a castidade / Não desejar a mulher do próximo - Neguei ao meu cônjuge os seus direitos matrimoniais? - Pratiquei o controle de natalidade (com pílulas, dispositivos, interrupção)? Aconselhei meios para este fim? - Abusei dos meus direitos matrimoniais de algum outro modo? - Faltei à fidelidade conjugal por pensamentos ou ações? - Cometi adultério ou fornicação (sexo pré-marital)? - Cometi algum pecado impuro contra a natureza (homosexualidade ou lesbianismo, etc.)? - Toquei ou abracei outra pessoa de forma impura? - Troquei beijos prolongados ou apaixonados? - Pratiquei a troca prolongada de carícias? - Pequei impuramente contra mim próprio (masturbação)? - Consenti em pensamentos impuros, ou tive prazer neles? - Cometi em desejos impuros para com alguém, ou desejei conscientemente ver ou fazer alguma coisa impura? - Entreguei-me conscientemente a prazeres sexuais, completos ou incompletos? Havia alguma circunstância de parentesco, de menoridade ou de relação educativa que tornassem mais grave esta desordem? - Faltei com o pudor ou com a modéstia em meus trajes? - Fui ocasião de pecado para os outros, por usar roupa justa, reveladora ou imodesta? - Fiz alguma coisa, deliberadamente ou por descuido, que provocasse pensamentos ou desejos impuros nouta pessoa? - Li livros indecentes ou vi figuras obscenas? - Vi filmes ou programas de televisão sugestivos, ou pornografia na Internet, ou permiti que os meus filhos os vissem? - Usei linguagem indecente ou contei histórias indecentes? - Ouvi tais histórias de boa vontade? - Gabei-me dos meus pecados, ou deleitei-me em recordar pecados antigos? - Estive com companhias indecentes? - Consenti em olhares impuros? - Deixei de controlar a minha imaginação? - Deixei de rezei imediatamente, para afastar maus pensamentos e tentações? - Evitei a preguiça, a gula, a ociosidade, e as ocasiões de impureza? - Fui a bailes imodestos ou peças de teatro indecentes? - Fiquei sozinho sem necessidade na companhia de alguém do sexo oposto? - Mantenho amizades particulares que facilmente me levam à infidelidade e estou disposto a abandoná-las? 7º e 10º Mandamentos - Não furtar / Não cobiçar as coisas alheias - Tive vontade de roubar alguma coisa? - Furtei ou roubei alguma coisa? O quê, ou quanto? - Reparei esses prejuízos causados e restituí o que não me pertence? - Defraudei a minha família no uso dos bens? - Gastei de mais para além do que permitem as minhas possibilidades e o orçamento familiar? - Danifiquei a propriedade de outrem? - Deixei estragar, por negligência, a propriedade de outrem? - Fui negligente na guarda do dinheiro ou bens de outrem? - Enganei o meu próximo cobrando mais que o justo combinado ou favoreço a exploração comercial? - Recusei-me a pagar alguma dívida, ou descuidei-me no seu pagamento? - Adquiri alguma coisa que sabia ter sido roubada? - Lesei o meu patrão, não trabalhando como se esperava de mim, com honradez e responsabilidade? - Deixei que se produzissem graves prejuízos através do meu trabalho? - Fui desonesto com o salário dos meus empregados? - Recusei-me a ajudar alguém que precisasse urgentemente de ajuda, ou descuidei-me a fazê-lo? - Dei prejuízo ao próximo, usando de peso ou medida falsos, enganando nas mercadorias ou encomendas? - Desperdicei o dinheiro em jogo? - Tive inveja de alguém, por ter algo que eu não tenho? - Invejei os bens de alguém? - Tenho sido avarento? - Tenho sido cúpido e invejoso, dando demasiada importância aos bens e confortos materiais? O meu coração inclina-se para as posses terrenas ou para os verdadeiros tesouros do Céu? - Cumpri rigorosamente os meus deveres sociais, tais como os seguros, os impostos justos e os compromissos assumidos? - Não ajudo a Igreja com os auxílios necessários e até tirando do meu supérfluo ou dos meus maus gastos? - Não dou esmolas de acordo com a minha condição econômica? 8º Mandamento - Não levantar falso testemunho - Disse mentiras? - Minto habitualmente com a desculpa de serem coisas de pouca importância? - As minhas mentiras causaram a alguém danos materiais ou espirituais? - Fiz julgamentos temerários a respeito de alguém (isto é, acreditei firmemente, sem provas suficientes, que eram culpados de algum defeito moral ou crime)? - Atingi o bom nome de alguém, revelando faltas autênticas mas ocultas (maledicência)? - Não disse bem dos outros reparando deste modo alguma injustiça realizada ou consentida? - Caluniei? - Colaborei na calúnia e na murmuração? - Revelei os pecados de outra pessoa? - Fui culpado de fazer intrigas (isto é, de contar alguma coisa desfavorável que alguém disse de outra pessoa, para criar inimizade entre eles)? - Dei crédito ou apoio à divulgação de escândalos sobre o meu próximo? - Supus más intenções? - Jurei falso ou assinei documentos falsos? - Sou crítico ou negativo sem necessidade ou falto à caridade nas minhas conversas? - Lisonjeei outras pessoas? - Violei segredos? - Abri cartas alheias? - Fingi doenças, pobreza, piedade para enganar os outros? - Dei ouvido a conversas contra a vida alheia? 2) Contra os Mandamentos da Igreja - Deixei de ouvir Missa inteira nos domingos e festas de guarda? - Confessei-me ao menos uma vez ao ano? - Comunguei ao menos pela Páscoa da Ressurreição? - Guardei o jejum eucarístico? - Recebi a Sagrada Comunhão em estado de pecado mortal? (Este é um sacrilégio muito grave). - Jejuei na Quarta-feira de Cinzas e na Sexta-feira Santa? - Fiz abstinência de carne nas sextas-feiras da Quaresma? - Paguei dízimo conforme o costume? 3) As obras de Misericórdia espirituais e corporais Descuidei-me no cumprimento das obras seguintes, quando as circunstâncias mo pediam? As sete obras de Misericórdia espirituais 1. Dar bom conselho aos que pecam. 2. Ensinar os ignorantes. 3. Aconselhar os que duvidam. 4. Consolar os tristes. 5. Sofrer com paciência as fraquezas do nosso próximo. 6. Perdoar as injúrias por amor de Deus. 7. Rogar a Deus pelos vivos e pelos defuntos. As sete obras de Misericórdia corporais 1. Dar de comer a quem tem fome. 2. Dar de beber a quem tem sede. 3. Vestir os nus. 4. Visitar e resgatar os cativos. 5. Dar pousada aos peregrinos. 6. Visitar os doentes. 7. Enterrar os mortos. 4) Os Pecados Capitais - Soberba: desprezar os inferiores, tratá-los com desdém; querer em tudo dominar; revoltar-se contra qualquer autoridade legítima. Virtude oposta: Humildade. - Avareza: pensar somente em ganhar dinheiro e acumular fortuna, sem nada querer gastar com os pobres, ou para fins de piedade e caridade; negar esmola, podendo dá-la. Virtude oposta: Liberalidade. - Impureza: procurar prazeres ilícitos que mancham a alma e lhe roubam a inocência. Virtude oposta: Castidade. - Ira: ficar enraivado facilmente, deixar-se levar pelo ímpeto da cólera; impacientar-se facilmente. Virtude oposta: Paciência. - Gula: exceder-se na comida e na bebida; embriagar-se. Virtude oposta: Temperança. - Inveja: não querer que outros estejam bem; entristecer-se com o bem-estar do próximo; empregar meios para impedir, diminuir ou destruir a felicidade do próximo. Virtude oposta: Caridade. - Preguiça: perder o tempo em ociosidade; não cumprir por indolência as obrigações do trabalho ou da religião. Virtude oposta: Diligência. 5) Blasfêmias contra o Coração Imaculado de Maria - Blasfemei contra a Imaculada Conceição? - Blasfemei contra a Virgindade Perpétua de Nossa Senhora? - Blasfemei contra a Maternidade Divina de Nossa Senhora? Deixei de reconhecer a Nossa Senhora como Mãe de todos os homens? - Tentei publicamente semear nos corações das crianças indiferença ou desprezo, ou mesmo ódio, em relação à sua Mãe Imaculada? - Ultrajei-A diretamente nas Suas santas imagens? 6) Nove maneiras de ser cúmplice do pecado de outrem - Alguma vez fiz deliberadamente com que outros pecassem? - Alguma vez cooperei nos pecados de outrem: 1. Aconselhando? 2. Mandando? 3. Consentindo? 4. Provocando? 5. Lisonjeando? 6. Ocultando? 7. Compartilhando? 8. Silenciando? 9. Defendendo o mal feito? 7) O exame dos pecados veniais de Santo Antônio Maria Claret A alma deve evitar todos os pecados veniais, especialmente os que abrem caminho ao pecado grave. Ó minha alma, não chega desejar firmemente antes sofrer a morte do que cometer um pecado grave. É necessário tem uma resolução semelhante em relação ao pecado venial. Quem não encontrar em si esta vontade, não pode sentir-se seguro. Não há nada que nos possa dar uma tal certeza de salvação eterna do que uma preocupação constante em evitar o pecado venial, por insignificante que seja, e um zelo definido e geral, que alcance todas as práticas da vida espiritual — zelo na oração e nas relações com Deus; zelo na mortificação e na negação dos apetites; zelo em obedecer e em renunciar à vontade própria; zelo no amor de Deus e do próximo. Para alcançar este zelo e conservá-lo, devemos querer firmemente evitar sempre os pecados veniais, especialmente os seguintes: - pecado de dar entrada no coração de qualquer suspeita não razoável ou de opinião injusta a respeito do próximo. - pecado de iniciar uma conversa sobre os defeitos de outrem, ou de faltar à caridade de qualquer outra maneira, mesmo levemente. - pecado de omitir, por preguiça, as nossas práticas espirituais, ou de as cumprir com negligência voluntária. - pecado de manter um afeto desregrado por alguém. - pecado de ter demasiada estima por si próprio, ou de mostrar satisfação vã por coisas que nos dizem respeito. - pecado de receber os Santos Sacramentos de forma descuidada, com distrações e outras irreverências, e sem preparação séria. - Impaciência, ressentimento, recusa em aceitar desapontamentos como vindo da Mão de Deus; porque isto coloca obstáculos no caminho dos decretos e disposições da Divina Providência quanto a nós. - pecado de nos proporcionarmos uma ocasião que possa, mesmo remotamente, manchar uma situação imaculada de santa pureza. - pecado de esconder propositadamente as nossas más inclinações, fraquezas e mortificações de quem devia saber delas, querendo seguir o caminho da virtude de acordo com os caprichos individuais e não segundo a direção da obediência.